

2017
Relatório
de Gestão

RG

ÍNDICE	PÁGINAS
1. INTRODUÇÃO _____	7
2. COMPONENTE ORÇAMENTAL _____	7
2.1. Análise ao Orçamento _____	7
2.1.1. Orçamento da Receita _____	7
2.1.1.1. Receita Corrente Bruta _____	8
<i>2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos</i> _____	9
<i>2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos</i> _____	11
<i>2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades</i> _____	13
<i>2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade</i> _____	16
<i>2.1.1.1.5. O valor das Transferências Correntes Obtidas</i> _____	17
<i>2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes</i> _____	19
<i>2.1.1.1.7. As Outras Receitas</i> _____	20
2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas _____	22
2.1.2. Orçamento da Despesa _____	24
2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica _____	24
2.1.2.2. Desagregação da Despesa Por Económica _____	25
<i>2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente</i> _____	26
<i>2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município</i> _____	29
2.2. Análise às Grandes Opções do Plano _____	32
2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos _____	32

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes	34
2.3. A Execução Orçamental	36
2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita	36
2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa	37
2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental	38
3. COMPONENTE PATRIMONIAL	40
3.1. A Demonstração de Resultados	40
3.1.1. Os Custos e Perdas do Município	40
3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município	42
3.1.3. Os Resultados do Município	43
3.2. O Balanço	45
3.2.1. O Ativo Líquido	45
3.2.2. O Passivo	47
3.2.3. Os Fundos Próprios	48
3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros	49
3.4.1 As Dívidas De e a Terceiros	50
3.4.2. O Endividamento Municipal	52
3.4.3. Os Pagamentos em Atraso	53
4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	54
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	67
6. CONTABILIDADE DE CUSTOS	68

GRÁFICO N.º 1 – “Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2017” _____	9
GRÁFICO N.º 2 – “Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2017” _____	10
GRÁFICO N.º 3 – “Evolução dos Impostos Diretos no período de 2013 a 2017” ____	11
GRÁFICO N.º 4 – “Análise aos Impostos Indiretos no período de 2013 a 2017” ____	12
GRÁFICO N.º 5 – “Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2017” _____	13
GRÁFICO N.º 6 – “Valores das Taxas no exercício de 2017” _____	14
GRÁFICO N.º 7 – “Evolução das Taxas Cobradas no Quadriênio de 2013 a 2017” _____	14
GRÁFICO N.º 8 – “Valores Cobrados, no exercício de 2017, de Multas e Outras Penalidades” _____	15
GRÁFICO N.º 9 – “Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2013 a 2017” _____	16
GRÁFICO N.º 10 – “Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2017” _____	17
GRÁFICO N.º 11 – “Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2017” _____	18
GRÁFICO N.º 12 – “Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2013 a 2017 ” _____	18
GRÁFICO N.º 13 – “Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2017” _____	19
GRÁFICO N.º 14 – “Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2013 a 2017” _____	20
GRÁFICO N.º 15 – “Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2016” _____	21
GRÁFICO N.º 16 – “As Receitas de Capital obtidas em 2017” _____	22
GRÁFICO N.º 17 – “Evolução do Capítulo Transferências de Capital” _____	23
GRÁFICO N.º 18 – “Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas” _____	25
GRÁFICO N.º 19 – “Evolução da Despesa Corrente, de 2013 a 2017” _____	26

GRÁFICO N.º 20 – “As Despesas de Capital do exercício de 2017” _____	31
GRÁFICO N.º 21 – “Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2013 a 2017” _____	31
GRÁFICO N.º 22 – “Níveis de execução da Receita no exercício de 2013 a 2017” _____	36
GRÁFICO N.º 23 – “Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2013 a 2017” _____	37
GRÁFICO N.º 24 – “Evolução dos Resultados do Município no exercício de 2013 a 2017” _____	45
GRÁFICO N.º 25 – “Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2013 a 2017” _____	50
GRÁFICO – “ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES” _____	70

ÍNDICE DE QUADROS

PÁGINAS

QUADRO N.º 1 – “O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2017” _____	32
QUADRO N.º 2 – “As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2017” _____	34
QUADRO N.º 3 – “Os Custos e Perdas Operacionais do exercício de 2013 a 2017” _____	40
QUADRO N.º 4 – “Estrutura de Custos e Perdas do exercício de 2013 a 2017” _____	41
QUADRO N.º 5 – “Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais do exercício de 2013 a 2017” _____	42
QUADRO N.º 6 – “Os Proveitos e Ganhos do exercício de 2013 a 2017” _____	43
QUADRO N.º 7 – “Os Resultados do exercício de 2013 a 2017” _____	44
QUADRO N.º 8 – “O Ativo nos períodos de 2013 a 2017” _____	46
QUADRO N.º 9 – “O Imobilizado Bruto do exercício de 2013 a 2017” _____	47
QUADRO N.º 10 – “O Passivo do Município em 2013 a 2017” _____	47
QUADRO N.º 11 – “Valores dos Fundos Próprios do Município em 2013 a 2017” _____	48
QUADRO N.º 12 – “Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2013 a 2017” _____	49
QUADRO N.º 13 – “As Dívidas De Curto Prazo do período de 2013 a 2017” _____	50
QUADRO N.º 14 – “As Dívidas A Curto Prazo do período de 2013 a 2017” _____	51
QUADRO N.º 15 – “Limite da dívida impostos por Lei” _____	52
QUADRON.º16 – “Evolução do Prazo Médio de Pagamentos ” _____	53
QUADRON.º17 – “Ativo Bruto/Imobilizado Bruto” _____	58
QUADRON.º18 – “Amortizações e Provisões” _____	59
QUADRO N.º 19 – “Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem Anexo ao Balanço” _____	64
QUADRO N.º 20 – “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas” _____	64
QUADRO N.º 21 – “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” _____	65
QUADRO N.º 22 – “Demonstração da Variação da Produção” _____	65
QUADRO N.º 23 – “Demonstração dos Resultados Financeiros” _____	66
QUADRO N.º 24 – “Demonstração dos Resultados Extraordinários” _____	66

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às normas legais, tais como a i) do n.º 1 do artigo 33.º, bem como à alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o Decreto – Lei n.º 54 – A/99, de 22 de fevereiro, isto é, o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) e de acordo com da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, incluindo as alterações subsequentes, é da competência do órgão executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

A elaboração dos documentos que compõem a Prestação de Contas têm como princípio orientador espelhar uma imagem verdadeira, apropriada e aderente à realidade das situações económico – financeira e patrimonial, bem como, dos resultados obtidos pelo Município da Lousã, visando a comparabilidade da informação com os exercícios anteriores.

Em relação ao Relatório de Gestão, inicialmente será apresentada a componente orçamental, sendo efetuada a comparação entre as previsões e as dotações com os valores realizados, e a sua evolução no período de 2013 a 2017. De seguida, será analisada a componente patrimonial onde serão comentadas as demonstrações financeiras, o endividamento e as dívidas a terceiros. Finalmente será feita uma análise de gestão ao apuramento dos Custos e Proveitos por Funções, Bens e Serviços através da Contabilidade de Custos.

2. COMPONENTE ORÇAMENTAL

O processo da componente Orçamental começa com a elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, onde são contempladas todas as receitas que o Município prevê arrecadar e as despesas que pretende realizar durante o exercício económico. Durante o exercício são efetuados os ajustamentos necessários e, no final do exercício é analisada a execução dos documentos em causa.

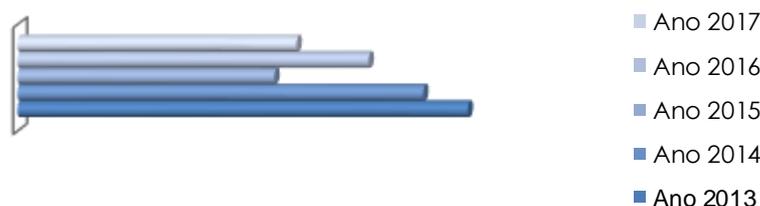
2.1. Análise ao Orçamento

2.1.1. Orçamento da Receita

A Receita Bruta Cobrada no período de 2013 a 2017, registou uma diminuição de 12,78%, representando uma diminuição de 1.925.341€. Em 2017 o valor global da receita bruta cobrada foi inferior ao valor do ano 2016 em 810.102€, diminuindo 5,8%.

	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	10 960 649,39 €	11 258 990,32 €	11 711 026,29 €	11 838 345,47 €	11 838 799,64 €
Receitas de Capital	4 093 714,97 €	3 304 076,23 €	1 174 673,78 €	2 071 769,15 €	1 298 699,72 €
Outras Receitas	10 508,18 €	30,00 €	3 956,34 €	39 518,76 €	2 031,96 €
Total da Receita Bruta Cobrada	15 064 872,54	14 563 096,55	12 889 656,41	13 949 633,38	13 139 531,32

Evolução da Receita Bruta Cobrada



A execução da receita cobrada bruta foi no exercício de 2013 de 80,93%, no exercício de 2014 foi 94%, no exercício de 2015 foi 92,66%, no exercício de 2016 foi de 94,3% e no exercício de 2017 foi 86,7%.

2.1.1.1. Receita Corrente Bruta

No cômputo geral das Receitas Brutas Cobradas Correntes verifica-se que no exercício de 2017, comparativamente com o período homólogo anterior, houve acréscimo de receita cobrada de 0,004 %.

Receitas Correntes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Impostos Diretos	2 802 439,60 €	25,57%	2 847 286,98 €	25,29%	3 070 695,45 €	26,22%	3 030 184,51 €	25,60%	2 979 196,13 €	25,16%
Impostos Indiretos	164 646,33 €	1,50%	168 480,48 €	1,50%	194 931,16 €	1,66%	319 574,20 €	2,70%	281 880,81 €	2,38%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	457 342,05 €	4,17%	487 604,12 €	4,33%	595 829,91 €	5,09%	531 102,48 €	4,49%	643 974,68 €	5,44%
Rendimentos de Propriedade	530 834,87 €	4,84%	558 465,67 €	4,96%	575 401,34 €	4,91%	531 241,98 €	4,49%	517 177,45 €	4,37%
Transferências Correntes	4 679 717,31 €	42,70%	5 049 806,40 €	44,85%	4 945 225,45 €	42,23%	5 180 357,91 €	43,76%	5 069 830,49 €	42,82%
V. De Bens e Serviços Correntes	2 016 537,58 €	18,40%	2 095 604,95 €	18,61%	2 216 251,56 €	18,92%	2 195 668,59 €	18,55%	2 266 113,17 €	19,14%
Outras Receitas Correntes	309 131,65 €	2,82%	51 741,72 €	0,46%	112 691,42 €	0,96%	50 215,80 €	0,42%	80 626,91 €	0,68%
TOTAL:	10 960 649,39 €	100,00%	11 258 990,32 €	100,00%	11 711 026,29 €	100,00%	11 838 345,47 €	100,00%	11 838 799,64 €	100,00%

Receitas Correntes do Município

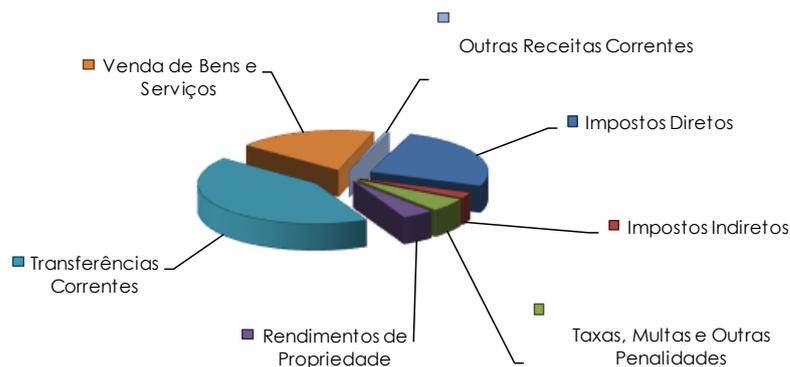


Gráfico n.º 1 – “Repartição das Receitas Correntes Brutas Cobradas no ano de 2017”.

Do exercício de 2017 face ao exercício de 2016 aumentaram as receitas de Vendas de Bens e Serviços Correntes e das Outras Receitas Correntes.

2.1.1.1.1. Os Impostos Diretos

Os Impostos Diretos registaram uma diminuição de 1,68% no exercício de 2017 em relação ao período homólogo anterior. Para esta diminuição contribuiu o Imposto Municipal Sobre Imóveis com uma diminuição de 1,10% e a Derrama com uma diminuição de 18,10%. O Imposto Único de Circulação e o IMT tiveram aumentos de 6,88% e 23,15 % respetivamente.

Impostos Diretos	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Imposto Municipal S/ Imóveis - IMI	1 773 644,92 €	63,29%	2 017 116,11 €	70,84%	2 060 937,26 €	67,12%	1 931 347,88 €	63,74%	1 910 015,96 €	64,11%
Contribuição Autárquica	7 965,76 €	0,28%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imposto Municipal sobre Veículos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Imp. Municipal S/ Trans. Onerosas - IMT	252 071,44 €	8,99%	193 829,96 €	6,81%	396 750,21 €	12,92%	198 052,19 €	6,54%	243 908,27 €	8,19%
Imposto Municipal de Sisa	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Derrama	394 208,55 €	14,07%	279 710,46 €	9,82%	270 443,30 €	8,81%	550 515,53 €	18,17%	450 898,99 €	15,13%
Imposto Único de Circulação - IUC	374 548,93 €	13,37%	356 630,45 €	12,53%	342 564,68 €	11,16%	350 268,91 €	11,56%	374 372,91 €	12,57%
Total:	2 802 439,60 €	100,00%	2 847 286,98 €	100,00%	3 070 695,45 €	100,00%	3 030 184,51 €	100,00%	2 979 196,13 €	100,00%

Impostos Diretos

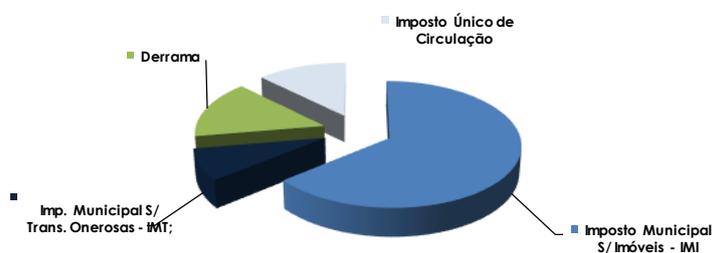


Gráfico n.º 2 – “Os Impostos Diretos cobrados no exercício de 2017”.

Evolução dos Impostos Diretos



Gráfico n.º 3 – “Evolução dos Impostos Diretos no período de 2013 a 2017”.

2.1.1.1.2. Os Impostos Indiretos

Em relação aos Impostos Indiretos a tendência de diminuição da receita cobrada bruta entre 2010 e 2012 foi quebrada no exercício de 2013, mantendo em 2014, 2015 e 2016 a inversão do ciclo de decréscimo. No ano de 2017 a receita diminuiu 11,79% relativamente a 2016 porque o valor da receita dos Loteamentos e Obras diminuiu, apesar de todas as outras rubricas terem visto o seu valor aumentar.

No período de 2013 a 2017, as rubricas dos Impostos Indiretos evoluíram da seguinte forma:

Impostos Indiretos	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Mercados e Feiras	42 346,36 €	25,72%	18 837,22 €	11,18%	19 064,89 €	9,78%	16 981,89 €	5,31%	17 932,58 €	6,36%
Loteamentos e Obras	29 188,42 €	17,73%	31 478,12 €	18,68%	34 977,19 €	17,94%	108 615,62 €	33,99%	15 327,84 €	5,44%
Ocupação da Via Pública	29 586,24 €	17,97%	27 137,51 €	16,11%	35 034,69 €	17,97%	1 183,80 €	0,37%	41 614,08 €	14,76%
Publicidade	4 393,90 €	2,67%	129,22 €	0,08%	240,43 €	0,12%	761,99 €	0,24%	56,69 €	0,02%
Saneamento	51 054,25 €	31,01%	79 817,99 €	47,38%	101 460,64 €	52,05%	189 621,08 €	59,34%	204 476,42 €	72,54%
Outros	8 077,16 €	4,91%	11 080,42 €	6,58%	4 153,32 €	2,13%	2 409,82 €	0,75%	2 473,20 €	0,88%
Total:	164 646,33 €	100,00%	168 480,48 €	100,00%	194 931,16 €	100,00%	319 574,20 €	100,00%	281 880,81 €	100,00%

A rubrica Saneamento é a que mais importância tem nos impostos indiretos refletindo o aumento do número de ligações à rede e a melhoria do processo de cobrança de receita nesta área.

Evolução dos Impostos Indiretos

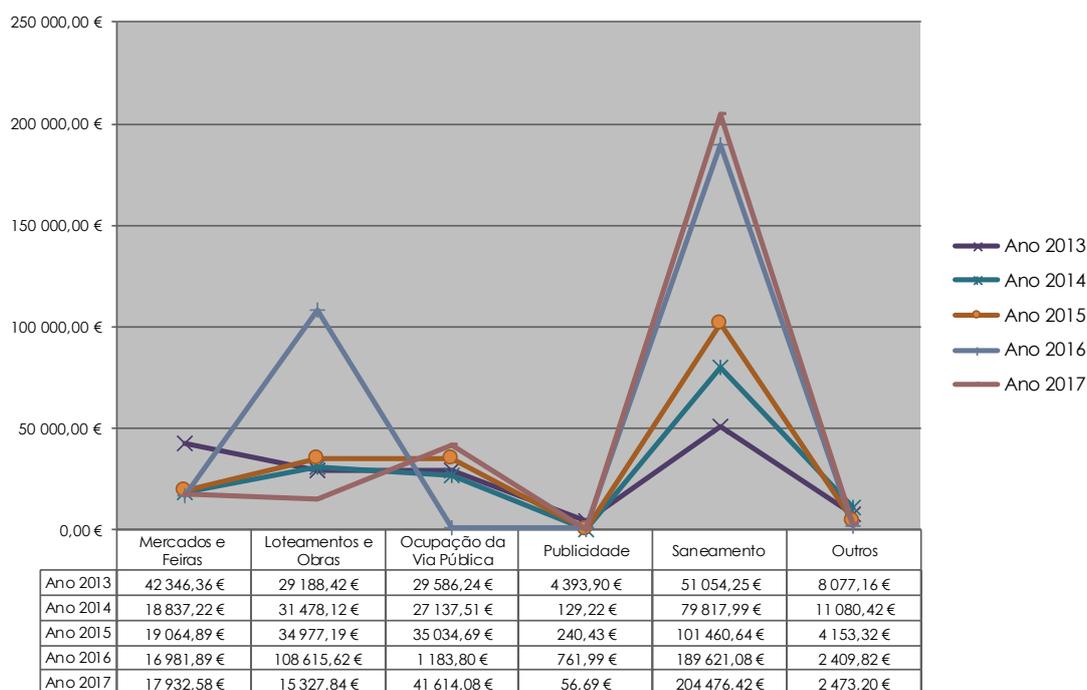


Gráfico n.º 4 – “Análise aos Impostos Indiretos no período de 2013 a 2017”.

Em relação ao peso que cada uma das rubricas tem no cômputo geral do valor dos Impostos Indiretos, em cada um dos exercícios em análise, é a seguinte:

Desagregação dos Impostos Indiretos

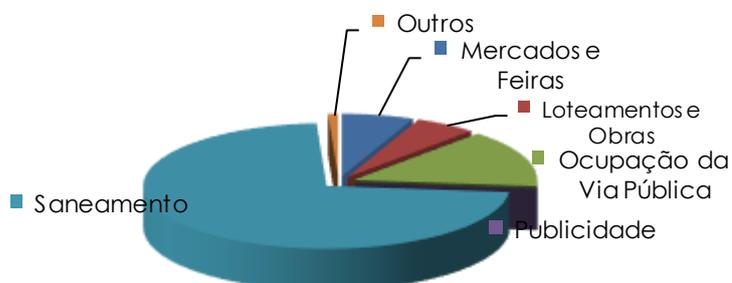


Gráfico n.º 5 – “Repartição dos Impostos Indiretos cobrados no exercício de 2017”.

2.1.1.1.3. As Taxas, Multas e Outras Penalidades

As Taxas têm vindo a registar incrementos sucessivos, tendo a receita bruta cobrada aumentado 20,95% do exercício de 2013 para 2017.

13

Taxas	2013	%	2014	%	2015	%	2016	2017	%	
Mercados e Feiras	4 171,80 €	0,97%	21 474,93 €	4,60%	20 645,30 €	3,70%	20 780,26 €	4,20%	21 482,31 €	4,15%
Loteamentos e Obras	38 768,49 €	9,05%	33 120,79 €	7,09%	39 433,84 €	7,07%	44 427,93 €	8,98%	60 057,59 €	11,59%
Ocupação da Via Pública	3 336,19 €	0,78%	1 590,24 €	0,34%	3 444,80 €	0,62%	5 010,17 €	1,01%	6 857,80 €	1,32%
Caça, Uso e Porte de Arma	17 321,02 €	4,04%	24 288,92 €	5,20%	20 352,59 €	3,65%	14 705,50 €	2,97%	5 857,00 €	1,13%
Saneamento	354 298,11 €	82,72%	378 568,10 €	81,03%	466 626,75 €	83,67%	403 026,35 €	81,44%	417 323,44 €	80,55%
TDFH - Taxa de Dep. Ficha de Hab	94,00 €	0,02%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Taxa da Emissão Certificado de Re	157,50 €	0,04%	135,00 €	0,03%	232,50 €	0,04%	277,79 €	0,06%	310,68 €	0,06%
Outras	10 188,75 €	2,38%	7 988,35 €	1,71%	6 961,90 €	1,25%	6 626,80 €	1,34%	6 199,85 €	1,20%
Total:	428 335,86 €	100,00%	467 166,33 €	100,00%	557 697,68 €	100,00%	494 854,80 €	100,00%	518 088,67 €	100,00%

Taxas

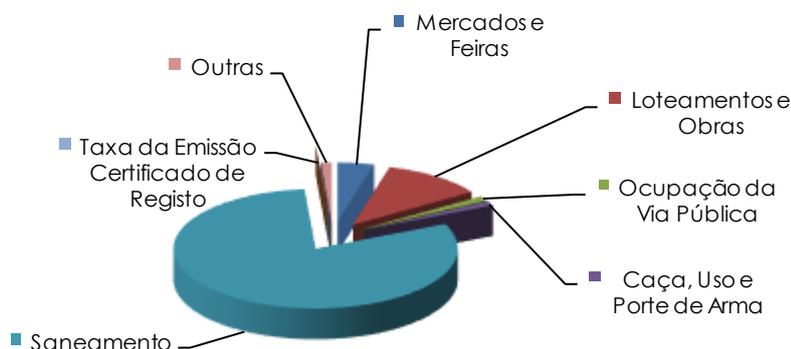


Gráfico n.º 6 – “Valores das Taxas no exercício de 2017”.

No exercício de 2017, comparando com o exercício anterior, verificou-se um aumento na receita cobrada no Saneamento. As taxas de saneamento representam 80,55% da receita cobrada em Taxas.



Gráfico n.º 7 – “Evolução das Taxas Cobradas de 2013 a 2017”.

Do grupo em análise ainda fazem parte as “Multas e Outras Penalidades” onde são inseridas as receitas provenientes do não cumprimento da Lei, Posturas e Outros Regulamentos.

Multas e Outras Penalidades	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Juros de Mora	6 192,30 €	21,35%	13 474,10 €	65,93%	19 869,37 €	52,11%	15 956,34 €	44,02%	111 252,92 €	88,38%
Juros Compensatórios	7 217,92 €	24,88%	5 022,98 €	24,58%	1 343,05 €	3,52%	778,89 €	2,15%	1 413,72 €	1,12%
Coimas e Outras Penalidades	7 851,98 €	27,07%	1 706,70 €	8,35%	1 441,09 €	3,78%	3 891,21 €	10,74%	2 228,54 €	1,77%
Taxas de Relaxe	7 743,99 €	26,70%	234,01 €	1,14%	15 478,72 €	40,59%	15 621,24 €	43,10%	10 990,83 €	8,73%
Total:	29 006,19 €	100,00%	20 437,79 €	100,00%	38 132,23 €	100,00%	36 247,68 €	100,00%	125 886,01 €	100,00%

Multas e Outras Penalidades

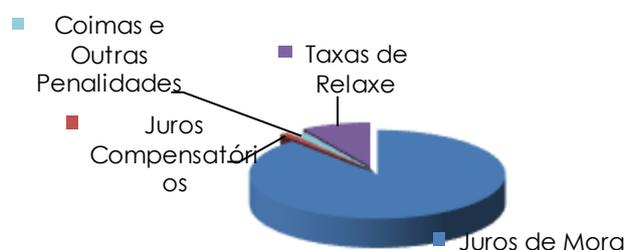


Gráfico n.º 8 – “Valores Cobrados, no exercício de 2017, de Multas e Outras Penalidades”.

As “Multas e Outras Penalidades” têm registado uma tendência indefinida associada à sua natureza. Entre 2013 e 2014 houve um decréscimo de 29,54%, mas entre 2014 e 2015 apresenta um aumento de 86,58%, essencialmente devido à melhoria do processo de cobrança de Águas e Saneamento associado às execuções fiscais. De 2015 para 2016 houve um ligeiro decréscimo de 4,94%. De 2016 para 2017 houve um aumento acentuado de 247% devido ao pagamento de juros de mora por parte da Autoridade Tributária respeitantes a importâncias arrecadas e que nunca tinham sido entregues ao Município, sendo este o beneficiário desses montantes.

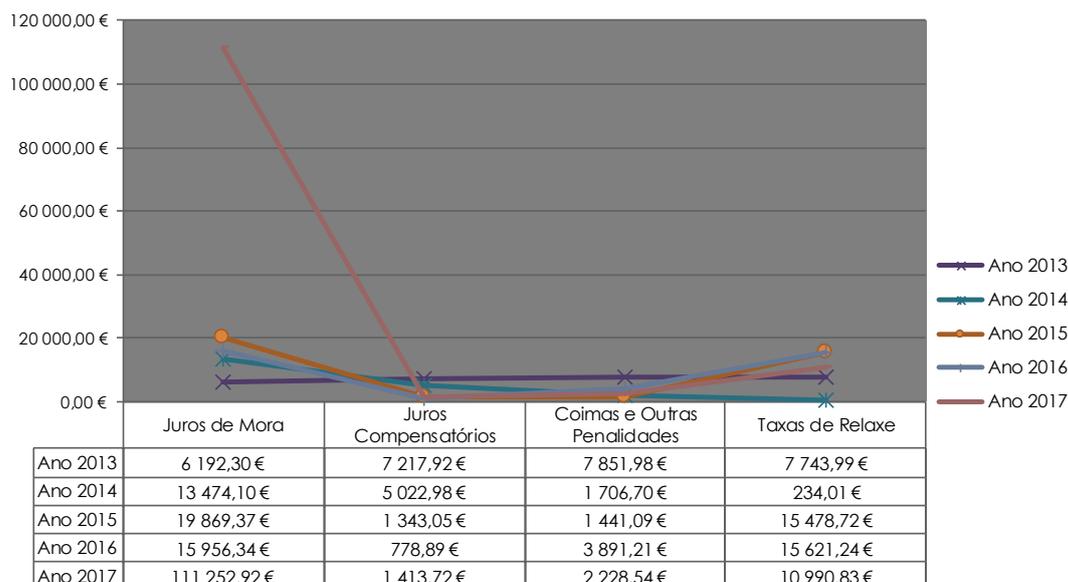


Gráfico n.º 9 – “Receita obtida de Multas e Outras Penalidades, de 2013 a 2017”

2.1.1.1.4. Os Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), registaram uma diminuição de 2,65% do exercício de 2016 para 2017. A rubrica Rendas associada aos rendimentos de concessão da distribuição em baixa tensão à EDP tem um peso relevante nos Rendimentos de Propriedade e nas Receitas Correntes no seu todo representando 4,24% destas Receitas.

Rendimentos de Propriedade	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Juros - Sociedades Financeiras	18 584,45 €	3,50%	13 114,21 €	2,35%	12 299,35 €	2,14%	1 748,33 €	0,33%	1 318,13 €	0,25%
Divid. Partici. Lucros Sociad. Quase-soc N. Finc.	1 674,71 €	0,32%	38 208,16 €	6,84%	59 826,41 €	10,40%	30 449,61 €	5,73%	13 509,95 €	2,61%
Rendas	510 575,71 €	96,18%	507 143,30 €	90,81%	503 275,58 €	87,47%	499 044,04 €	93,94%	502 349,37 €	97,13%
Total:	530 834,87 €	100,00%	558 465,67 €	100,00%	575 401,34 €	100,00%	531 241,98 €	100,00%	517 177,45 €	100,00%

Rendimentos de Propriedade

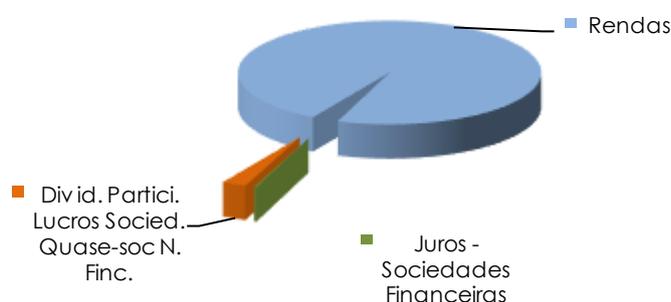


Gráfico n.º 10 – “Os Rendimentos de Propriedade cobrados em 2017”.

A estrutura dos Rendimentos de Propriedade ao longo dos exercícios é muito semelhante, sendo sempre as Rendas a terem uma expressividade muito perto dos 95% no valor total da receita bruta cobrada nesta rubrica.

2.1.1.1.5. O Valor das Transferências Correntes Obtidas

As Transferências Correntes, no exercício de 2017, em relação ao período homólogo foram recebidos menos 110.370€, menos 2,13%. A diminuição da receita já mencionado, é justificada principalmente pela rubrica da “Participação do IRS”, que diminuiu 25%, resultado da decisão fiscal de baixar a participação de 5% para 4%.

Transferências Correntes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Administrações Privadas	421 872,89 €	9,01%	411 380,28 €	8,15%	357 450,81 €	7,23%	395 458,13 €	7,63%	366 787,42 €	7,23%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 928 283,00 €	62,57%	3 201 820,00 €	63,40%	3 245 368,00 €	65,63%	3 300 030,00 €	63,70%	3 450 441,00 €	68,06%
Fundo Social Municipal	283 139,00 €	6,05%	283 139,00 €	5,61%	318 074,00 €	6,43%	318 074,00 €	6,14%	318 074,00 €	6,27%
Participação Fixa no IRS	400 444,00 €	8,56%	383 775,00 €	7,60%	546 614,00 €	11,05%	540 743,00 €	10,44%	403 072,00 €	7,95%
Outras	631 768,93 €	13,50%	745 756,67 €	14,77%	461 671,95 €	9,34%	610 434,00 €	11,78%	507 683,55 €	10,01%
Estado - P. Comunitária Projetos Co - Financiados	14 209,49 €	0,30%	23 935,45 €	0,47%	6 046,69 €	0,12%	5 461,15 €	0,11%	23 772,52 €	0,47%
Administração Local	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	10 000,00 €	0,20%	10 000,00 €	0,19%	0,00 €	0,00%
Instituições Sem Fins Lucrativos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	4 679 717,31 €	100,00%	5 049 806,40 €	100,00%	4 945 225,45 €	100,00%	5 180 200,28 €	100,00%	5 069 830,49 €	100,00%

Transferências Correntes Obtidos

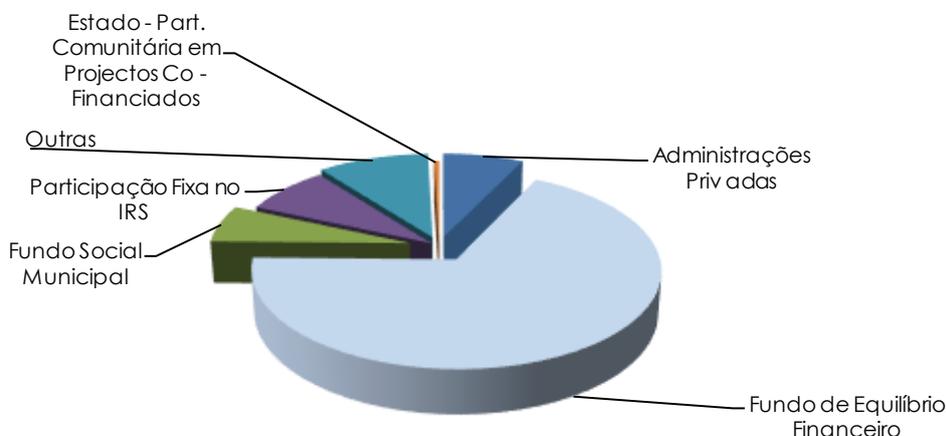


Gráfico n.º 11 – “Valor das Transferências Correntes Obtidas, em 2017”.

No período em análise, o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente registou um aumento de 4,56% entre 2016 e 2017. O Fundo Social Municipal manteve-se inalterado relativamente a 2016 e a participação no IRS diminuiu 25%.

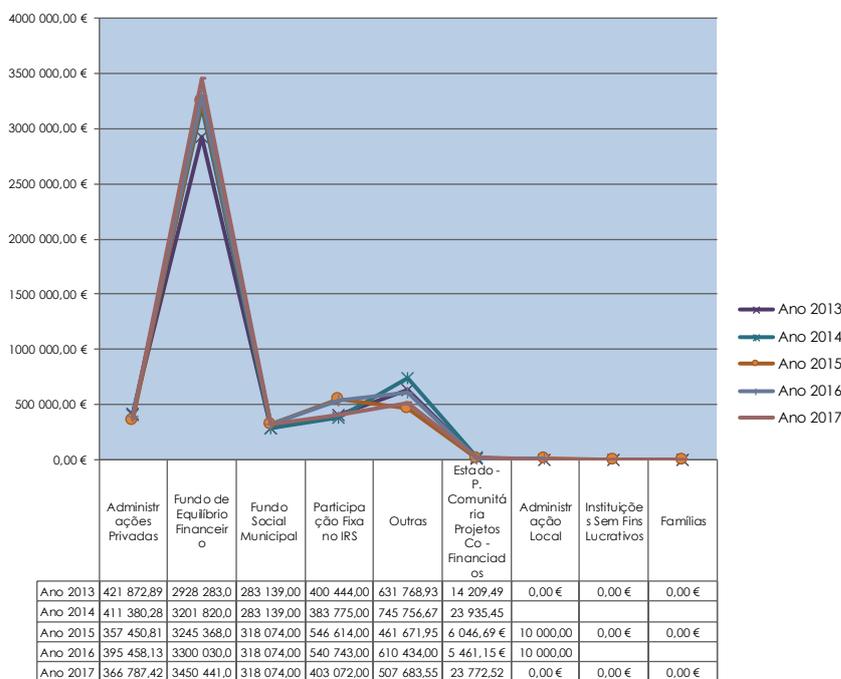


Gráfico n.º 12 – “Evolução das Transferências Obtidas nos períodos de 2013 a 2017”.

2.1.1.1.6. As Vendas de Bens e Serviços Correntes

As Vendas de Bens, os Serviços, os Serviços Específicos das Autarquias Locais e as Rendas são subgrupos que fazem parte das Vendas de Bens e Serviços Correntes.

A receita bruta cobrada destes subgrupos, no período mediado de 2013 a 2017, foi a seguinte:

Venda de Bens e Serviços Correntes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Venda de Bens:										
Água	1 063 329,86 €	52,73%	1 061 167,46 €	50,64%	1 198 835,99 €	54,09%	1 208 020,36 €	55,02%	1 265 853,48 €	55,86%
Venda de Artesanato, Livros, Postais e Gravuras	722,04 €	0,04%	527,20 €	0,03%	537,20 €	0,02%	660,25 €	0,03%	420,50 €	0,02%
Serviços:										
Aluguer e Espaços e Equipamentos	416,00 €	0,02%	723,00 €	0,03%	3 424,00 €	0,15%	4 932,00 €	0,22%	1 975,00 €	0,09%
Serviços Sociais	205 199,49 €	10,18%	177 895,63 €	8,49%	129 107,72 €	5,83%	128 519,44 €	5,85%	129 189,25 €	5,70%
Serviços Culturais	3 803,00 €	0,19%	2 750,56 €	0,13%	216,00 €	0,01%	3 057,00 €	0,14%	5 648,00 €	0,25%
Serviços Desportivos	148 818,94 €	7,38%	144 882,53 €	6,91%	146 565,84 €	6,61%	122 284,87 €	5,57%	136 827,61 €	6,04%
Serviços Específicos das Autarquias Locais:										
Saneamento	520,00 €	0,03%	2 160,00 €	0,10%	420,00 €	0,02%	420,00 €	0,02%	1 020,00 €	0,05%
Resíduos Sólidos	396 742,73 €	19,67%	498 044,60 €	23,77%	554 533,52 €	25,02%	558 857,97 €	25,45%	566 037,65 €	24,98%
Transp. Colectivos de Pessoas e Mercadorias	101 091,53 €	5,01%	117 051,69 €	5,59%	84 843,44 €	3,83%	77 476,09 €	3,53%	65 744,55 €	2,90%
Trabalhos por Conta de Particulares	24 435,94 €	1,21%	31 112,03 €	1,48%	22 347,86 €	1,01%	19 902,19 €	0,91%	21 340,58 €	0,94%
Cemitérios	13 595,34 €	0,67%	11 134,68 €	0,53%	10 918,00 €	0,49%	10 182,00 €	0,46%	9 542,00 €	0,42%
Mercados e Feiras	2 583,00 €	0,13%	2 583,00 €	0,12%	8 206,68 €	0,37%	7 991,43 €	0,36%	8 206,68 €	0,36%
Parques de Estacionamento	2 219,76 €	0,11%	2 203,64 €	0,11%	2 088,42 €	0,09%	1 840,58 €	0,08%	3 943,82 €	0,17%
Outros	40 679,84 €	2,02%	34 158,45 €	1,63%	32 903,41 €	1,48%	33 115,93 €	1,51%	32 076,57 €	1,42%
Rendas:										
Rendas	12 380,11 €	0,61%	9 210,48 €	0,44%	21 303,48 €	0,96%	18 408,48 €	0,84%	18 287,48 €	0,81%
Total:	2 016 537,58 €	100,00%	2 095 604,95 €	100,00%	2 216 251,56 €	100,00%	2 195 668,59 €	100,00%	2 266 113,17 €	100,00%

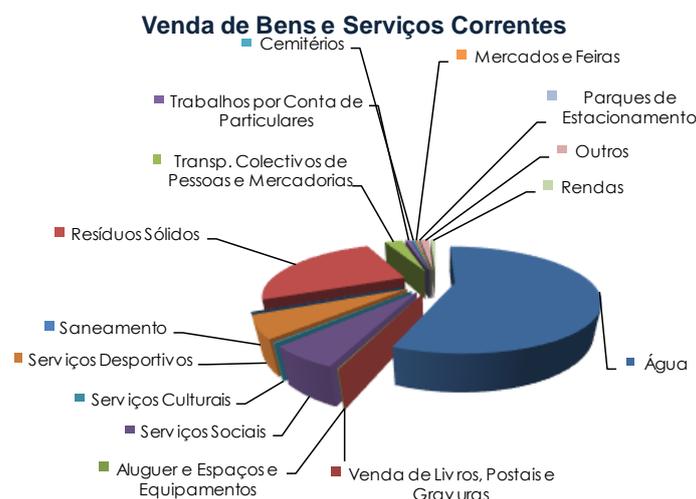


Gráfico n.º 13 – “Os Valores das Vendas de Bens e Serviços Correntes, no ano de 2017”.

Em relação ao valor total da receita obtida, do exercício de 2016 para o de 2017, existiu um aumento na receita de 3,21%, tendo representado um aumento no valor de 70.444€.

Comparando o exercício de 2017 com o período homólogo anterior, ao nível da Venda de Água a receita cobrada bruta aumentou 4,79%, representando um aumento de 57.833€.

Já os Resíduos Sólidos registaram um aumento relativamente a 2016 de 1,26%, traduzindo-se num aumento de receita de 7.179€.

Na estrutura da Venda de Bens e Serviços correntes continua a ser a Venda de Água a ter maior expressividade no valor total cobrado com aproximadamente 56%.

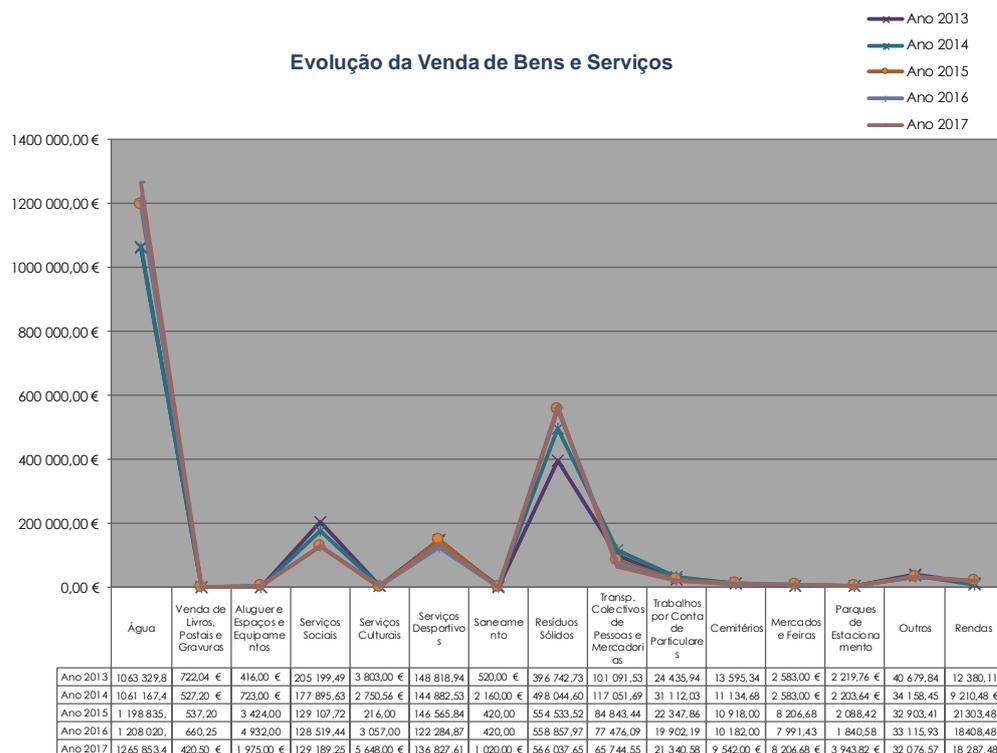


Gráfico n.º 14 – “Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes no período de 2013 a 2017”.

2.1.1.1.7. As Outras Receitas

As receitas que têm um carácter esporádico e que pela sua natureza não podem ser inseridas nos capítulos anteriormente mencionados são designadas por Outras Receitas. Algumas destas receitas são as Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, as Indemnizações por estragos provocados por outrem em viaturas ou bens pertencentes ao município, os Reembolsos do Imposto de Valor Acrescentado, entre outras.

Outras Receitas	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Indem. Por Deterioração, Roubo e Extravio de Bens Patrimoniais	391,72 €	0,13%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	478,91 €	0,59%
Indem. Estragos Provocados Outrém em Viaturas e Outro Equipamento	712,83 €	0,23%	1 214,33 €	2,35%	157,24 €	0,14%	2 809,30 €	5,59%	691,21 €	0,86%
Diversas Receitas - Outras	308 027,10 €	99,64%	50 527,39 €	97,65%	112 534,18 €	99,86%	47 406,50 €	94,41%	79 456,79 €	98,55%
Total:	309 131,65 €	100,00%	51 741,72 €	100,00%	112 691,42 €	100,00%	50 215,80 €	100,00%	80 626,91 €	100,00%

Outras Receitas

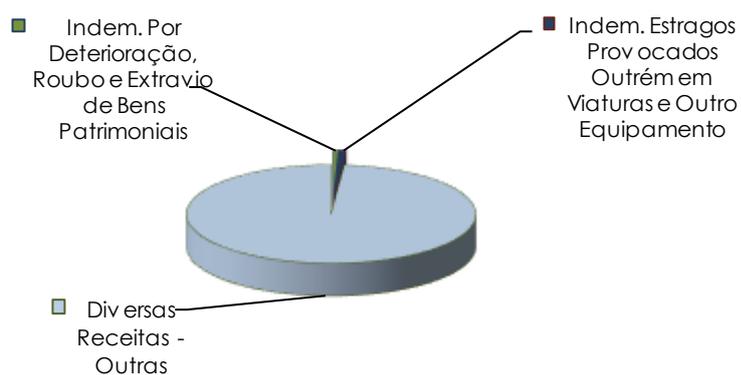


Gráfico n.º 15 – “Repartição do Capítulo Outras Receitas no exercício de 2017”.

Do exercício de 2016 para o exercício de 2017 as Outras Receitas registaram um aumento de 60,56%.

2.1.1.2. As Receitas de Capital Brutas

Em relação às Receitas de Capital verificou-se que do exercício de 2016 para o de 2017 houve uma diminuição da receita de 37,41%, representando uma diminuição de 775.070€.

Receitas de Capital	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Venda de Bens de Investimento	1 056,38	0,03%	91 503,00	2,77%	1 654,25	0,14%	8 511,00	0,41%	3 927,75	0,30%
Terrenos	1 056,38 €	0,03%	1 451,50 €	0,04%	1 181,25 €	0,10%	6 525,00 €	0,31%	3 827,75 €	0,30%
Edifícios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Equipamento de Transporte	0,00 €	0,00%	87 899,00 €	2,66%	473,00 €	0,04%	0,00 €	0,00%	100,00 €	0,01%
Maquinaria e Equipamento	0,00 €	0,00%	2 152,50 €	0,07%	0,00 €	0,00%	1 986,00 €	0,10%	0,00 €	0,00%
Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	3 112 617,18	76,03%	2 774 266,71	83,96%	1 134 686,19	96,60%	2 063 258,15	99,59%	1 291 945,98	99,63%
Empresas Públicas	2 800,00 €	0,07%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empresas Privadas	0,00 €	0,00%	1 200 000,00 €	36,32%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	732 071,00 €	17,88%	355 758,00 €	10,77%	360 596,00 €	30,70%	366 670,00 €	17,70%	383 382,00 €	29,57%
Contratos Programa	28 150,00 €	0,69%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	324 270,03 €	15,65%	0,00 €	0,00%
Outros	0,00 €	0,00%	51 842,15 €	1,57%	0,00 €	0,00%	27 338,18 €	1,32%	0,00 €	0,00%
Participações Comunitárias	2 349 596,18 €	57,40%	1 166 666,56 €	35,31%	774 090,19 €	65,90%	1 344 979,94 €	64,92%	908 563,98 €	70,07%
Administração Local	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Famílias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Ativos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	825,48	0,06%
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	825,48 €	0,06%
Passivos Financeiros	980 041,41	23,94%	438 306,52	13,27%	38 333,34	3,26%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	980 041,41 €	23,94%	438 306,52 €	13,27%	38 333,34 €	3,26%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total:	4 093 714,97 €	100,00%	3 304 076,23 €	100,00%	1 174 673,78 €	100,00%	2 071 769,15 €	100,00%	1 296 699,21 €	100,00%

As Vendas de Bens de Investimento consideram-se receitas com carácter extraordinário e nas quais se incluem os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que na aquisição ou na construção tenham sido classificados como investimento.

Os Valores das Receitas de Capital

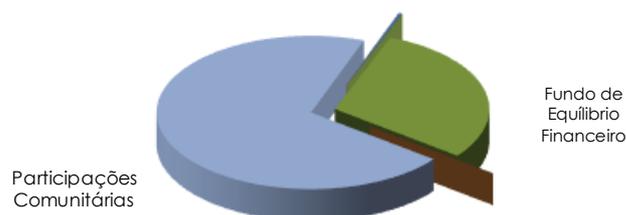


Gráfico n.º 16 – “As Receitas de Capital obtidas em 2017”.

Em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro da componente Capital, no período em análise a receita aumentou, cerca de 4,56% o que significou um aumento de 16.712€.

Os Passivos Financeiros têm registado decréscimos sucessivos, o que significa que o município não tem vindo a aumentar a sua receita por conta de aumento de empréstimos. No exercício de 2017 a rubrica de Passivos Financeiros registou 0€ de receita, o que quer dizer que não houve necessidade de contrair novos empréstimos.

Evolução das Transferências de Capital

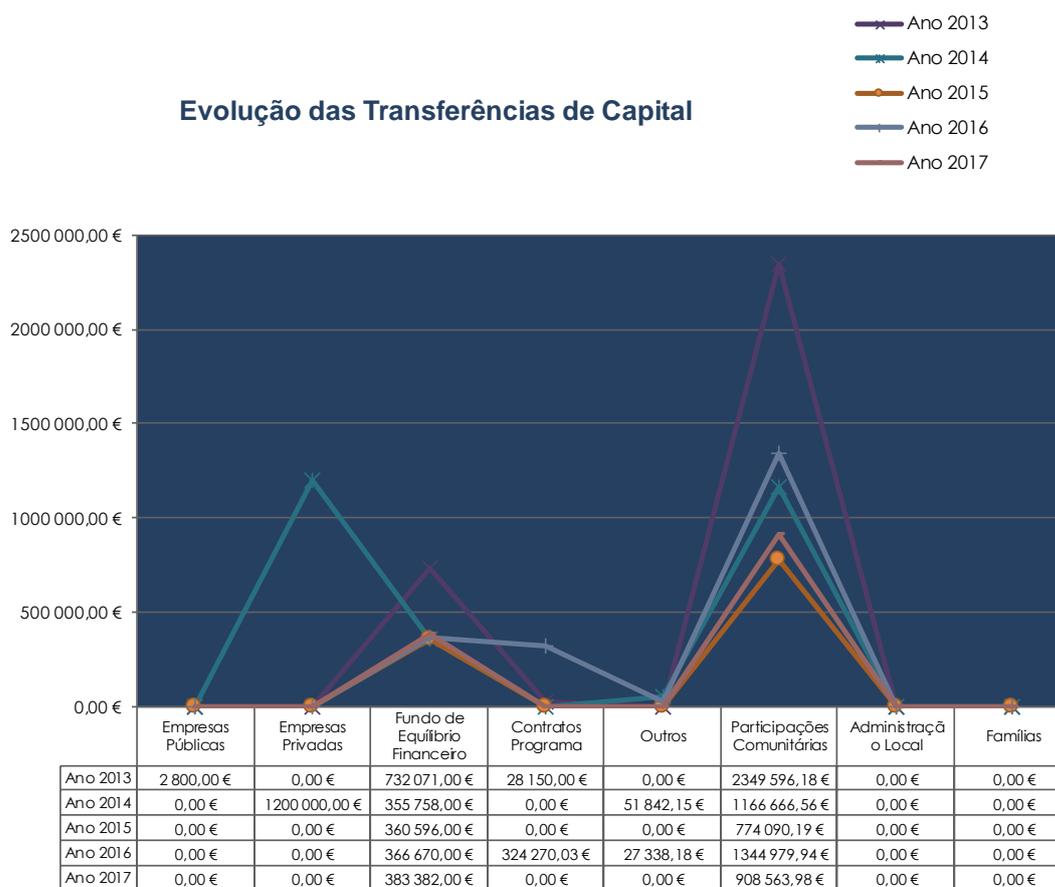


Gráfico n.º 17 – “Evolução do Capítulo Transferências de Capital”.

Receitas Próprias	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	var.2013/2017
	6 281 988,46	41,73	6 300 686,92	43,26	6 767 445,54	52,50	6 666 498,56	47,79	6 772 896,90	51,55	490 908,44
Impostos Diretos	2 802 439,60		2 847 286,98		3 070 695,45		3 030 184,51		2 979 196,13		176 756,53
IMI	1 773 644,92		2 017 116,11		2 060 937,26		1 931 347,88		1 910 015,96		136 371,04
IMT	252 071,44		193 829,96		396 750,21		198 052,19		243 908,27		-8 163,17
Derrama	394 208,55		279 710,46		270 443,30		550 515,53		450 898,99		56 690,44
IUC	374 548,93		356 630,45		342 564,68		350 268,91		374 372,91		-176,02
Impostos Indiretos	164 646,33		168 480,48		194 921,61		319 574,20		281 880,81		117 234,48
Taxas, Multas e Outras Penalidades	457 342,05		487 604,12		595 829,91		531 102,48		643 974,68		186 632,63
Rendimentos de Propriedade	530 834,87		558 465,67		575 401,34		531 241,98		517 177,45		-13 657,42
V. De Bens e Serviços Correntes	2 016 537,58		2 095 604,95		2 216 251,56		2 195 668,59		2 266 113,17		249 575,59
Outras Receitas Correntes	309 131,65		51 741,72		112 691,42		50 215,80		80 626,91		-228 504,74
Venda de Bens de Investimento	1 056,38		91 503,00		1 654,25		8 511,00		3 927,75		2 871,37

Se fizermos uma análise às receitas próprias do Município desde 2013 verificamos que a autonomia financeira tem vindo a aumentar representando em 2017, cerca de 51,55% das receitas totais.

2.1.2. Orçamento da Despesa

24

2.1.2.1. Repartição da Despesa Por Classificação Orgânica

A despesa das diversas Orgânicas do Município pode ser analisada tendo em conta a despesa paga e a despesa faturada.

Em relação à despesa paga a distribuição pelas orgânicas é a seguinte:

ORG.	DESCRIÇÃO	CORRENTE PAGA	CAPITAL PAGA	TOTAL	%
0101	Assembleia Municipal	14 696,76 €	0,00 €	14 696,76 €	0,11%
0102	Câmara Municipal	9 977 197,91 €	2 845 192,10 €	12 822 390,01 €	94,53%
0103	Operações Financeiras	35 491,13 €	691 560,25 €	727 051,38 €	5,36%
TOTAL:		10 027 385,80	3 536 752,35	13 564 138,15	100,00%

Em relação à despesa faturada no exercício de 2017, a distribuição da mesma pelas diferentes orgânicas foi a seguinte:

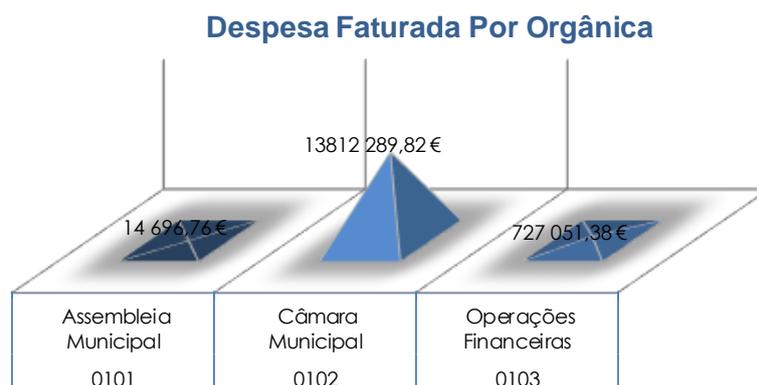


Gráfico n.º 18 – “Distribuição da Despesa Faturada pelas Orgânicas”.

O valor total da despesa faturada no exercício de 2017 foi de 14.554.037€.

2.1.2.2. Desagregação da Despesas por Económica

O grau de execução do orçamento, no exercício de 2017, ao nível da despesa paga foi de 84,60% e em relação à despesa faturada a execução foi de 90,77%, constatando-se que houve um decréscimo nos graus de execução face ao exercício de 2016, na medida em que, a execução tinha sido de 89,30% ao nível da despesa paga, e de 92,19% ao nível da despesa faturada.

2.1.2.2.1. A Despesa Orçamental Corrente

As remunerações, os encargos com as instalações, a aquisição de bens, e todas aquelas despesas que afetem o património não duradouro e que implicam a sua redução, são Despesas Correntes.

Despesas Correntes	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Pessoal	4 348 902,65 €	41,76%	4 254 744,48 €	42,52%	3 720 326,14 €	36,32%	3 731 940,44 €	34,91%	3 812 511,06 €	38,02%
Aquisição de Bens e Serviços	5 140 847,00 €	49,37%	4 915 091,77 €	49,12%	5 392 057,17 €	52,65%	5 848 324,71 €	54,71%	5 113 025,75 €	50,99%
Juros e Outros Encargos	125 482,31 €	1,21%	91 269,00 €	0,91%	72 841,14 €	0,71%	54 777,84 €	0,51%	34 398,34 €	0,34%
Transferências Correntes	571 236,40 €	5,49%	648 083,00 €	6,48%	932 570,49 €	9,11%	978 102,64 €	9,15%	975 494,85 €	9,73%
Subsídios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	226 850,98 €	2,18%	97 697,99 €	0,98%	124 069,06 €	1,21%	77 262,25 €	0,72%	91 955,80 €	0,92%
Total:	10 413 319,34 €	100,00%	10 006 886,24 €	100,00%	10 241 864,00 €	100,00%	10 690 407,88 €	100,00%	10 027 385,80 €	100,00%

As Despesas Correntes diminuíram 6,20% do exercício de 2016 para o de 2017.

O valor total da Despesa Corrente que foi pago no exercício de 2017, comparando com o período homólogo anterior diminuiu 663.022€.

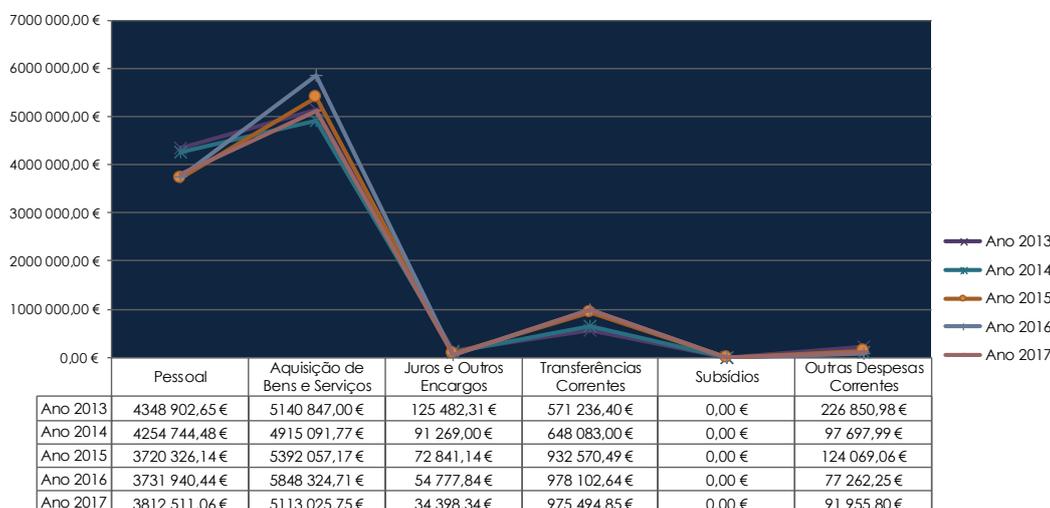


Gráfico n.º 19 – “Evolução da Despesa Corrente, de 2013 a 2017”.

O agrupamento de Aquisição de Bens e Serviços com uma diminuição de 735.299€ e Juros e Outros Encargos com uma diminuição de 20.380€ foram aqueles que registaram maiores decréscimos. O maior aumento foi o agrupamento de Pessoal com 80.571€, ou seja, 2,16%.

Dentro do agrupamento Despesas com o Pessoal a classificação “Encargos com a Saúde” tem vindo a registar elevados valores. São aqui inseridas todas as despesas com a aquisição de próteses, artigos e medicamentos, serviços de especialidade, clínicas, tratamentos, internamentos e outras despesas da mesma natureza, quando feitas em direto benefício dos funcionários.

Os valores registados nos exercícios de 2013 a 2017 foram os seguintes:

	2013	2014	2015	2016	2017
Rubrica: Encargos com a Saúde	Valor Pago				
Encargos com a Saúde	140 380,47 €	84 950,17 €	88 712,96 €	45 625,37 €	53 243,79 €
Serviço Nacional de Saúde	193 733,00 €	193 733,00 €	125 676,51 €	91 462,92 €	98 966,20 €
Total	334 113,47 €	278 683,17 €	214 389,47 €	137 088,29 €	152 209,99 €

Em relação ao agrupamento Aquisições de Bens e Serviços as rubricas com maior expressividade no valor pago total foram, nomeadamente, as Mercadorias para Venda com a compra de água (953.526€); a Alimentação – Refeições Confeccionadas (225.953€); os Combustíveis e Lubrificantes (243.028€), ao nível da aquisição de bens.

Aquisição de Bens	2013		2014		2015		2016		2017		Variação 2016-2017	
	Faturado	Pago	%Faturado	% Pago								
Matérias-primas e Subsidiárias	83 650,44	54 741,68	106 359,53	80 261,74	118 209,28	97 530,62	116 109,18	112 517,77	134 569,55	118 153,15	15,90	5,01
Combustíveis e Lubrificantes	368 740,68	320 418,73	369 128,83	340 931,72	303 477,34	271 584,15	274 062,50	273 354,61	285 660,04	243 028,96	4,23	-11,09
Limpeza e Higiene	39 607,56	31 139,33	29 761,96	23 117,67	14 218,52	13 565,86	11 867,34	11 692,06	17 035,20	14 858,07	43,55	27,08
Alim.-Refeições Confeccionadas	364 759,01	268 740,50	394 403,27	352 914,69	348 504,40	300 035,41	340 839,35	323 221,30	269 885,60	228 953,10	-20,82	-29,17
Alim.-Generos para Confeccionar	51 153,67	48 225,86	49 751,46	47 834,68	59 527,04	54 987,36	71 601,25	70 578,18	73 432,77	67 342,00	2,56	-4,59
Vestuário e artigos Pessoais	11 325,07	8 755,45	12 560,79	12 560,79	31 638,99	31 073,19	17 264,54	17 264,54	23 454,00	23 343,30	35,85	35,21
Material do Escritório	29 910,63	23 469,49	27 258,49	23 910,07	19 981,57	18 222,24	14 523,49	14 519,51	11 570,67	10 288,43	-20,33	-29,14
Produtos Químicos e Farmacêuticos	17 567,86	13 567,74	17 483,28	11 350,01	16 684,16	15 608,77	11 962,02	11 066,75	15 738,84	15 328,14	31,57	38,51
Material de Consumo Clínico	8 107,40	6 580,05	9 765,98	7 389,39	9 746,85	9 018,58	7 235,78	7 034,70	7 085,83	5 151,20	-2,07	-26,77
Material de Transporte - Peças	66 272,26	51 372,04	70 878,06	61 452,09	85 506,48	78 324,55	70 948,85	68 974,11	72 872,39	68 313,10	2,71	-0,96
Outro Material - Peças	11 838,29	8 893,29	14 946,93	12 660,78	17 594,99	16 639,94	13 489,33	13 214,35	13 726,35	12 272,09	1,76	-7,13
Prémios, Condecorações e Ofertas	22 137,85	20 052,86	12 468,07	9 411,36	26 442,40	22 910,32	29 456,13	28 232,39	26 917,41	17 087,21	-8,62	-39,48
Mercadorias para Venda	1 163 112,92	893 832,35	1 253 430,88	861 550,02	1 212 053,45	1 081 880,36	979 334,05	979 334,05	1 055 744,56	953 526,42	7,80	-2,64
Ferramentas e Utensílios	5 050,81	2 880,33	6 603,28	6 603,28	6 065,52	5 942,79	10 298,48	10 298,48	11 501,14	8 786,51	11,68	-14,68
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00	85,44	85,44	611,84	611,84	137,22	137,22	203,03	203,03	47,96	47,96
Artigos Honoríficos e de Decoração	110,70	110,70	70,41	0,00	220,41	220,41	320,60	320,60	344,65	185,65	7,50	-42,09
Material Educação, Cultura e Recreio	26 111,22	23 709,89	25 081,30	20 806,70	27 758,10	27 018,80	33 068,50	32 714,25	42 300,02	25 803,36	27,92	-21,13
Outros Bens	24 092,20	18 360,31	25 452,61	24 573,87	37 434,96	34 902,26	30 773,74	30 684,49	35 886,91	32 624,88	16,62	6,32
Total	2 293 548,57 €	1 794 850,60 €	2 425 490,57 €	1 897 414,30 €	2 335 676,30 €	2 080 077,45 €	2 033 292,35 €	2 005 159,36 €	2 097 928,96 €	1 845 248,60 €	3,18	-7,97

As aquisições de bens, diminuíram entre 2016 e 2017 nos valores pagos 7,97% mas aumentaram 3,18% em valores faturados.

Ao nível da aquisição de serviços os mais relevantes foram:

- Os Encargos com Instalações (724.534€);
- Os Transportes (341.467€);
- As Comunicações (147.530€);
- Limpeza e Higiene (174.839€);
- E os Trabalhos Especializados (535.803€).

A rubrica “Outros Serviços” (970.231€) também tem um elevado impacto, na medida em que nesta são inseridas rubricas como a Iluminação Pública (356.858€) e Atividades Culturais e Recreativas (208.057€).

As Aquisições de Serviços entre 2016 e 2017 diminuíram em 14,97% nos valores pagos e 4,80% nos valores faturados.

Aquisição de Serviços	2013		2014		2015		2016		2017		Variação 2016-2017	
	Faturado	Pago	%Faturado	% Pago								
Encargos das Instalações	578 091,28	469 764,49	511 177,49	452 174,68	733 493,44	643 192,64	747 475,98	729 318,29	788 021,64	724 534,65	5,42	-0,66
Limpeza e Higiene	320 052,04	247 766,92	233 674,39	219 880,42	208 441,09	178 415,35	208 216,49	207 117,74	194 185,74	174 839,03	-6,74	-15,58
Conservação de Bens	31 396,46	20 935,16	30 771,55	28 089,99	31 219,59	27 277,89	33 421,43	32 500,90	40 100,91	29 031,21	19,99	-10,68
Locação de Edifícios	45 177,43	45 177,43	35 913,04	35 913,04	31 132,26	31 132,26	25 945,60	25 945,60	25 964,96	25 964,96	0,07	0,07
Locação de Material de Informática	22 621,90	22 621,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Locação de Outros Bens	17 253,36	17 253,36	18 941,95	18 941,95	34 120,38	30 808,76	48 846,94	48 846,94	49 057,94	48 265,94	0,43	-1,19
Comunicações	150 845,58	150 041,37	162 295,41	157 825,01	164 584,13	158 184,46	173 293,76	168 443,99	170 067,53	147 530,67	-1,86	-12,42
Transportes	725 058,32	587 925,16	584 503,22	485 034,61	503 234,69	450 430,18	526 466,49	495 145,87	501 337,18	341 467,95	-4,77	-31,04
Seguros	74 461,84	74 461,84	80 107,73	80 107,73	76 841,51	76 841,51	70 559,33	70 559,33	80 008,01	80 008,01	13,39	13,39
Deslocações e Estadas	977,86	977,86	1 960,53	1 960,53	3 892,40	3 892,40	3 589,85	3 589,85	1 433,85	1 433,85	-60,06	-60,06
Estudos, Pareceres, Projetos	57 264,40	40 198,15	44 423,66	36 635,30	42 507,19	40 754,81	124 539,95	97 370,91	48 935,60	45 430,84	-60,71	-53,34
Formação	2 122,80	1 489,00	3 598,50	3 598,50	6 780,75	6 780,75	6 232,51	6 039,91	4 910,30	4 135,30	-21,21	-31,53
Seminários, Exposições e Similares	525,00	525,00	200,00	100,00	600,00	600,00	405,00	405,00	500,00	500,00	23,46	23,46
Publicidade	31 460,04	27 943,47	29 353,74	26 355,67	36 940,30	29 011,26	60 583,36	59 481,49	58 245,48	48 079,36	-3,86	-19,17
Vigilância e Segurança	9 225,08	7 058,06	24 057,77	13 742,75	19 680,98	19 680,98	13 140,26	13 140,26	13 230,90	10 612,90	0,69	-19,23
Assistência Técnica	14 734,77	11 733,61	14 803,55	12 802,17	12 035,30	11 225,65	13 034,17	11 068,84	11 685,50	11 311,89	-10,35	2,20
Outros Trabalhos Especializados	1 100 925,79	936 876,74	918 778,68	741 569,08	837 336,62	714 810,05	887 118,47	879 871,70	647 211,20	535 803,58	-27,04	-39,10
Serviços de Saúde	7 881,79	5 053,69	8 827,50	7 894,63	6 846,09	6 356,80	3 576,47	3 454,15	3 440,90	3 196,26	-3,79	-7,47
Encargos de Cobrança de Receita	55 462,21	55 462,21	64 047,28	64 047,28	69 865,60	69 865,60	61 808,95	61 808,95	65 399,46	65 399,46	5,81	5,81
Outros Serviços	662 774,12	622 730,98	655 439,30	631 004,13	845 477,64	812 718,37	943 260,33	929 055,63	1 057 919,02	970 231,29	12,16	4,43
Total	3 908 312,07 €	3 345 996,40 €	3 422 875,29 €	3 017 677,47 €	3 665 029,96 €	3 311 979,72 €	3 951 515,34 €	3 843 165,35 €	3 761 656,12 €	3 267 777,15 €	-4,80	-14,97

Em relação aos **Juros e Outros Encargos**, do exercício de 2016 para o exercício de 2017, verificou-se uma **diminuição** da despesa na ordem dos 37,20%, cerca de 20.379€.

Neste agrupamento são inseridos os valores suportados com juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, os juros suportados com a locação financeira e outros juros de dívidas contraídas. A diminuição do prazo médio de pagamentos e as taxas de juro praticadas no contexto atual contribuíram para esta importante diminuição.

Das Despesas Correntes também fazem parte as Transferências Correntes. Da análise aos valores pagos é possível verificar que do exercício de 2016 para o de 2017 houve uma diminuição de 2.607€ da despesa realizada, representando 0,27%.

Transferências Correntes Pagas	2013	2014	2015	2016	2017	Varição
Freguesias	35 321,03	41 478,55	55 167,57	72 388,78	72 137,65	-0,35
Associação Municípios	19 084,91	28 408,56	14 755,13	8 275,03	25 697,64	210,54
Outros	32 106,99	34 216,99	31 234,03	27 752,07	27 000,00	-2,71
Instituições sem Fins Lucrativos	479 244,54	532 012,20	598 220,83	687 200,00	709 037,64	3,18
Famílias - Outros	5 478,93	11 966,70	233 192,93	182 486,76	141 621,92	-22,39
Total	571 236,40 €	648 083,00 €	932 570,49 €	978 102,64 €	975 494,85 €	-0,27

29

2.1.2.2.2. A Despesa de Capital do Município

As Aquisições de Bens de Capital, as Transferências de Capital, os Ativos Financeiros, os Passivos Financeiros e as Outras Despesas de Capital são rubricas que fazem parte da componente capital da despesa.

Do exercício de 2016 para o exercício de 2017, verificou-se um aumento de 20,53% da despesa de capital paga, pagou-se em 2017 mais 602.482€ que em 2016.

Em relação à Aquisição de Bens de Capital, no exercício de 2017 houve também um aumento de 35,61% da despesa paga em relação ao período homólogo anterior.

A Aquisição de Bens de Capital é decomposta em Investimentos e em Locação Financeira.

No cômputo geral as Despesas de Capital pagas foram as seguintes:

Despesas de Capital	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%
Aquisição de Bens de Capital	4 085 150,94	83,33%	2 839 619,62	81,47%	3 205 003,26	81,37%	1 951 437,79	66,51%	2 646 258,32	74,82%
Investimentos	4 042 156,55	82,45%	2 812 974,47	80,70%	3 184 364,82	80,85%	1 930 509,40	65,79%	2 625 133,43	74,22%
Terrenos	20 001,00 €	0,41%	39 754,00 €	1,14%	99 115,97 €	2,52%	52 933,57 €	1,80%	20 672,50 €	0,58%
Habitacões	0,00 €	0,00%	1 525,20 €	0,04%	24 687,95 €	0,63%	139 874,81 €	4,77%	601 846,87 €	17,02%
Edifícios	2 045 125,62 €	41,72%	768 019,72 €	22,03%	316 132,90 €	8,03%	574 035,65 €	19,56%	122 889,86 €	3,47%
Construções Diversas	1 567 144,28 €	31,97%	1 357 761,46 €	38,95%	2 559 550,48 €	64,99%	747 290,86 €	25,47%	1 085 581,37 €	30,69%
Material de Transporte	87 765,98 €	1,79%	151 227,91 €	4,34%	52 041,55 €	1,32%	54 931,86 €	1,87%	514 409,49 €	14,54%
Equipamento de Informática	66 059,12 €	1,35%	151 646,11 €	4,35%	37 490,89 €	0,95%	247 679,51 €	8,44%	83 691,72 €	2,37%
Equipamento Básico	94 546,16 €	1,93%	331 424,93 €	9,51%	84 514,28 €	2,15%	109 896,70 €	3,75%	155 220,14 €	4,39%
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	0,00%	11 615,14 €	0,33%	7 505,80 €	0,19%	828,44 €	0,03%	40 821,48 €	1,15%
Artigos e Objectos de Valor	680,50 €	0,01%	0,00 €	0,00%	3 325,00 €	0,08%	3 038,00 €	0,10%	0,00 €	0,00%
Investimentos Incorpóreos	7 736,70 €	0,16%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Outros Investimentos	153 097,19 €	3,12%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Locação Financeira	42 994,39	0,88%	26 645,15	0,76%	20 638,44	0,52%	20 928,39	0,71%	21 124,89	0,60%
Terrenos	20 129,05 €	0,41%	20 285,99 €	0,58%	20 638,44 €	0,52%	20 928,39 €	0,71%	21 124,89 €	0,60%
Material de Transporte	22 865,34 €	0,47%	6 359,16 €	0,18%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Transferências de Capital	227 400,00	4,64%	124 000,00	3,56%	98 000,00	2,49%	137 000,00	4,67%	206 146,43	5,83%
Associações de Municípios	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	146,43 €	0,00%
Freguesias	97 500,00 €	1,99%	60 000,00 €	1,72%	56 000,00 €	1,42%	69 000,00 €	2,35%	99 000,00 €	2,80%
Instituições Sem Fins Lucrativos	129 900,00 €	2,65%	64 000,00 €	1,84%	42 000,00 €	1,07%	68 000,00 €	2,32%	107 000,00 €	3,03%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	72 624,00	1,84%	72 624,00	2,48%	72 624,00	2,05%
Soc. E Quase Soc. N. Financeiras-Públicas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	72 624,00 €	1,84%	72 624,00 €	2,48%	72 624,00 €	2,05%
Passivos Financeiros	589 819,50	12,03%	521 894,33	14,97%	562 967,82	14,29%	587 350,17	20,02%	597 811,36	16,90%
Empréstimos a Curto Prazo	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	589 819,50 €	12,03%	521 894,33 €	14,97%	562 967,82 €	14,29%	587 350,17 €	20,02%	597 811,36 €	16,90%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	185 858,36	6,33%	13 912,24	0,39%
Outras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	185 858,36 €	6,33%	13 912,24 €	0,39%
Total:	4 902 370,44 €	100,00%	3 485 513,95 €	100,00%	3 938 595,08 €	100,00%	2 934 270,32 €	100,00%	3 536 752,35 €	100,00%

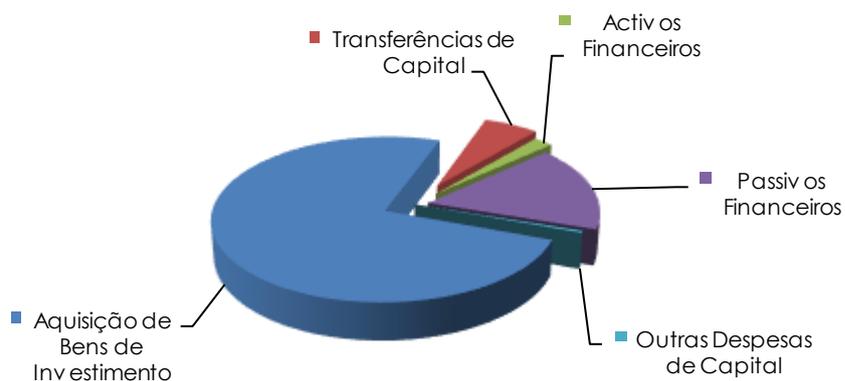


Gráfico n.º 20 – “As Despesas de Capital do exercício de 2017”.

Os agrupamentos que compõem a Despesa de Capital evoluíram da seguinte forma no período mediado de 2013 a 2017.

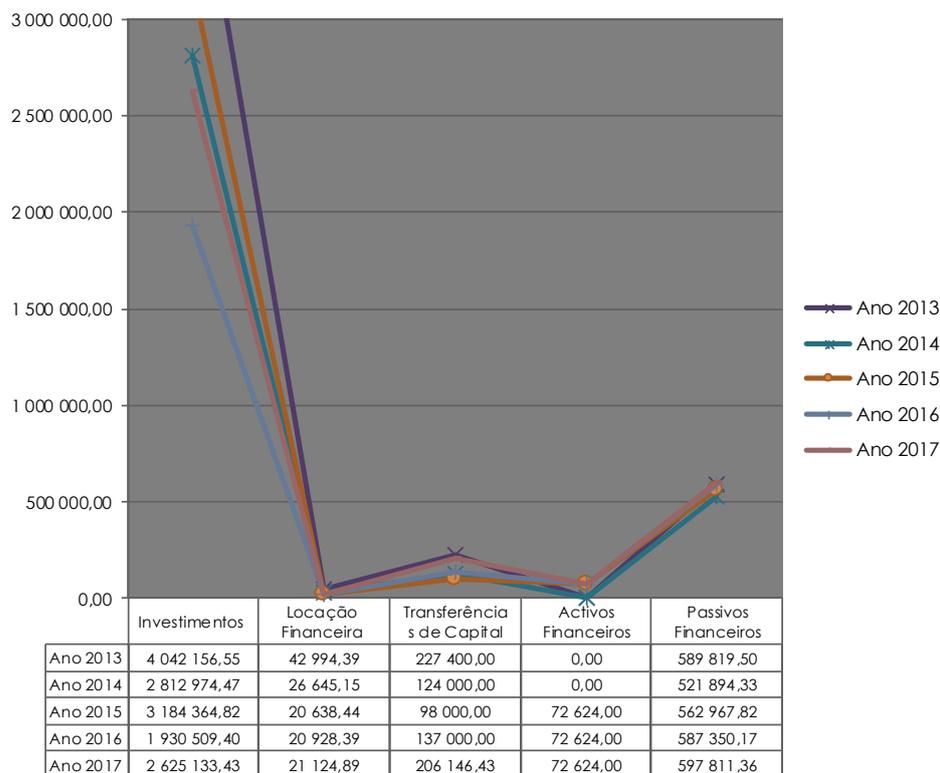


Gráfico n.º 21 – “Principais agrupamentos das Despesas de Capital nos exercícios de 2013 a 2017”.

2.2. Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano são uma das bases fundamentais em termos da gestão do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos, bem como a descrição detalhada das atividades a desenvolver e com maior relevo na gestão, isto é, as Atividades Mais Relevantes.

2.2.1. O Plano Plurianual de Investimentos

Em relação à despesa paga, a execução do Plano Plurianual de Investimentos, no exercício de 2017, foi a seguinte:

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		Funções Gerais	1 331 415,57 €	1 158 550,54 €
	111	Administração Geral	983 210,00 €	855 502,42 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	348 205,57 €	303 048,12 €
02		Funções Sociais	1 619 586,64 €	1 007 797,32 €
	211	Ensino não Superior	40 060,00 €	38 907,38 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	0,00 €	0,00 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00 €	0,00 €
	232	Ação Social	8 040,00 €	1 629,06 €
	242	Ordenamento do Território	33 327,64 €	33 059,27 €
	243	Saneamento	662 801,00 €	536 272,04 €
	244	Abastecimento de Água	28 082,00 €	22 932,06 €
	245	Resíduos Sólidos	541 500,00 €	251 787,94 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	61 880,00 €	47 826,01 €
	251	Cultura	136 500,00 €	15 667,88 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	107 396,00 €	59 715,68 €
03		Funções Económicas	893 573,00 €	479 910,46 €
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	17 800,00 €	16 925,15 €
	320	Indústria e Energia	31 100,00 €	29 352,95 €
	331	Transportes Rodoviários	424 425,00 €	381 470,67 €
	341	Mercados e Feiras	53,00 €	0,00 €
	342	Turismo	420 195,00 €	52 161,69 €
04		Outras Funções	0,00 €	0,00 €
	420	Transferências entre Administrações	0,00 €	0,00 €
Total:			3 844 575,21 €	2 646 258,32 €

Quadro n.º 1 – “O Plano Plurianual de Investimentos do exercício de 2017”.

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos o Município no exercício de 2017 seguiu a mesma política adotada nos exercícios anteriores, na medida em que as Funções Sociais continuaram a ter um grande peso no valor total da despesa paga, com a percentagem de 38,08%, no entanto neste exercício as Funções Gerais com 43,78% foram as funções com mais peso na despesa paga do PPI devido ao forte investimento na modernização administrativa e em equipamentos/viaturas para os Bombeiros Municipais.

No Plano Plurianual de Investimentos, a diferença registada entre o valor total pago de 2.646.258€ e o valor faturado de 2.799.751€, foi de 153.493€. Assim, o nível de execução da despesa paga foi de 68,83%, e da despesa faturada foi de 72,82%.

Desta forma o grau de execução do Plano Plurianual de Investimentos registou um aumento face ao grau executado no exercício anterior, já que, no exercício de 2016 a execução tinha sido de 62,68%, no que diz respeito à despesa paga.

Do valor total pago foram despendidos 32,33% para a Administração Geral, 20,27% para Saneamento, 14,42% Transportes Rodoviários, 11,45% para Proteção Civil e 9,51% para Resíduos Sólidos.

O Município da Lousã manteve a sua aposta em áreas relacionadas diretamente com o bem-estar e qualidade de vida. Apostou-se na melhoria da cobertura do saneamento e recolha de resíduos sólidos, nos Transportes Rodoviários e na melhoria das acessibilidades e na melhoria dos equipamentos de Proteção e Socorro no âmbito dos Bombeiros. Finalmente e a pensar no desenvolvimento futuro do Concelho a aposta na melhoria dos serviços públicos.

2.2.2. As Atividades Mais Relevantes

Além de uma breve referência à gestão que o Município pretende seguir no longo prazo, há a opção de utilizar um documento que estabeleça o desenvolvimento estratégico a adotar para o efeito e onde estejam estabelecidos programas e atividades, que assumem elevada importância e que não constam no Plano de Investimentos, tendo por base despesas maioritariamente correntes. O documento em causa trata-se das Atividades Mais Relevantes.

OBJ.	PROG.	DESIGNAÇÃO	PREVISTO	PAGO
01		Funções Gerais	188 135,00 €	172 535,57 €
	111	Administração Geral	47 085,00 €	42 423,92 €
	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	141 050,00 €	130 111,65 €
02		Funções Sociais	3 318 831,53 €	2 736 185,17 €
	211	Ensino não Superior	50 560,00 €	49 834,99 €
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	1 080 144,00 €	817 469,55 €
	221	Serviços Individuais de Saúde	30,00 €	0,00 €
	232	Ação Social	1 61 561,10 €	138 773,92 €
	242	Ordenamento do Território	0,00 €	0,00 €
	243	Saneamento	451 031,48 €	310 349,50 €
	244	Abastecimento de Água	1 075 065,95 €	961 185,99 €
	245	Resíduos Sólidos	1 68 070,00 €	144 048,82 €
	246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	11 190,00 €	6 251,52 €
	251	Cultura	160 004,00 €	149 655,88 €
	252	Desporto Recreio e Lazer	161 175,00 €	158 615,00 €
03		Funções Económicas	1 028 931,42 €	825 088,05 €
	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	116 024,00 €	54 909,22 €
	320	Industria e Energia	417 586,42 €	379 843,27 €
	331	Transportes Rodoviários	148 850,00 €	119 726,11 €
	332	Transportes Aéreos	0,00 €	0,00 €
	341	Mercados e Feiras	0,00 €	0,00 €
	342	Turismo	346 471,00 €	270 609,45 €
04		Outras Funções	316 434,52 €	312 289,99 €
	420	Transferências entre Administrações	316 434,52 €	312 289,99 €
Total:			4 852 332,47 €	4 046 098,78 €

Quadro n.º 2 – “As Atividades Mais Relevantes do exercício de 2017”.

As Atividades Mais Relevantes registaram uma execução de 93,86% em relação ao que foi realizado, face ao valor pago a execução foi de 83,38%.

Do valor pago das Atividades Mais Relevantes (AMR), as Funções Sociais contribuíram com 67,63%, as Funções Económicas com 20,39%, as Outras Funções com 7,72% e as Funções Gerais com 4,26%.

À semelhança dos exercícios anteriores, também no exercício de 2017, se confirma o peso das Funções Sociais no Orçamento dos Municípios. O paradigma de intervenção dos Municípios alterou-se e a maioria da sua despesa é aplicada em despesa corrente e direcionada essencialmente para as Funções Sociais. Como é fácil constatar as funções sociais representam 67,63% do total da despesa das Atividades mais relevantes com o programa Serviços Auxiliares de Ensino (refeições escolares, transportes escolares e prolongamento de horário) a absorver a maior verba, conjuntamente com o Abastecimento de Água, o Saneamento e os Resíduos Sólidos representando quase 55% do total da despesa das AMR.

Outro programa que teve um elevado impacto no valor total pago das Atividades Mais Relevantes foi o projeto “Industria e Energia”, tendo tido um peso de 9,39%, sendo constituído unicamente pela atividade “Iluminação Pública”.

As Funções Sociais (PPI e AMR) representam cerca de **28%** do total das despesas municipais.

2.3. A Execução Orçamental

2.3.1. A Execução do Orçamento da Receita

As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objeto de inscrição orçamental adequada. Assim no exercício de 2017, a receita foi executada da seguinte forma:

RECEITA COBRADA BRUTA	Prevista	Cobrada	% de Realização	% de Desvio
Receitas Correntes	12 288 841,33 €	11 838 799,64 €	96,34%	3,66%
Receitas de Capital	2 979 901,15 €	1 298 699,72 €	43,58%	56,42%
Outras Receitas	3 365,00 €	2 031,96 €	60,39%	39,61%
TOTAL	15 272 107,48 €	13 139 531,32 €		

No decorrer do exercício de 2017 foi executada menos receita bruta (excluindo o Saldo da Gerência anterior) do que aquela que foi possível executar no exercício de 2016, diminuindo também a % de execução.

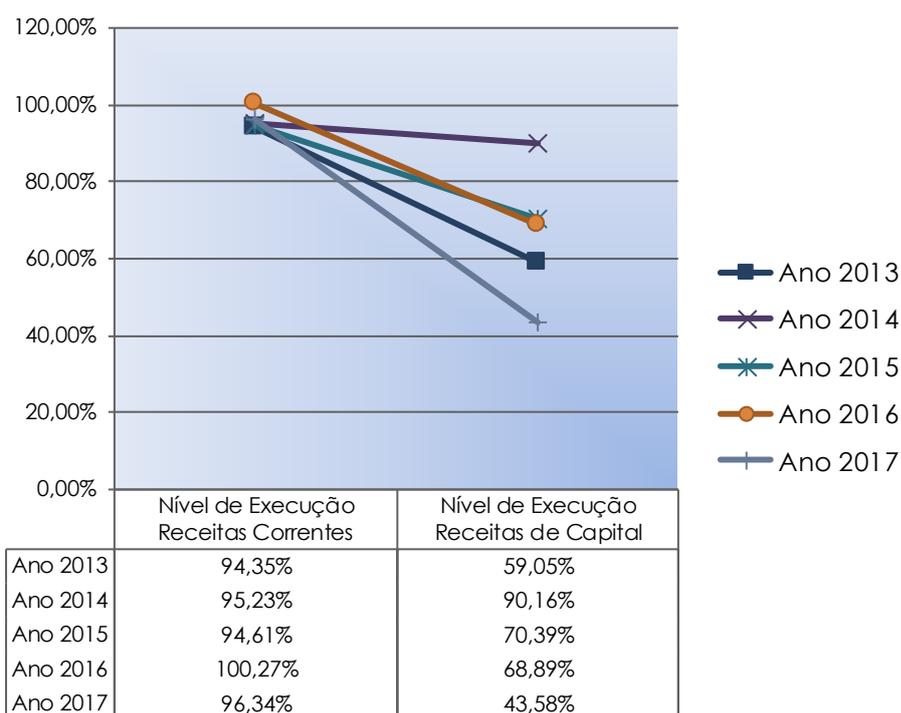


Gráfico n.º 22 – “Níveis de execução da Receita no exercício de 2013,2014, 2015, 2016 e 2017”.

2.3.2. A Execução do Orçamento da Despesa

O valor orçado das despesas, no exercício de 2017, foi de 16.033.499€ e no exercício anterior tinha sido de 15.256.805€. Este facto aliado a uma estabilização da execução da receita corrente fez que o grau de execução da despesa corrente no exercício de 2017 fosse inferior à execução do mesmo período homólogo anterior.

DESPESA	PREVISTA	PAGA	% de Realização	% de Desvio
Despesas Correntes	11 297 239,22 €	10 027 385,80 €	88,76%	11,24%
Despesas de Capital	4 736 260,21 €	3 536 752,35 €	74,67%	25,33%
Total:	16 033 499,43 €	13 564 138,15 €		

Em relação à despesa faturada, os níveis de execução foram os seguintes:

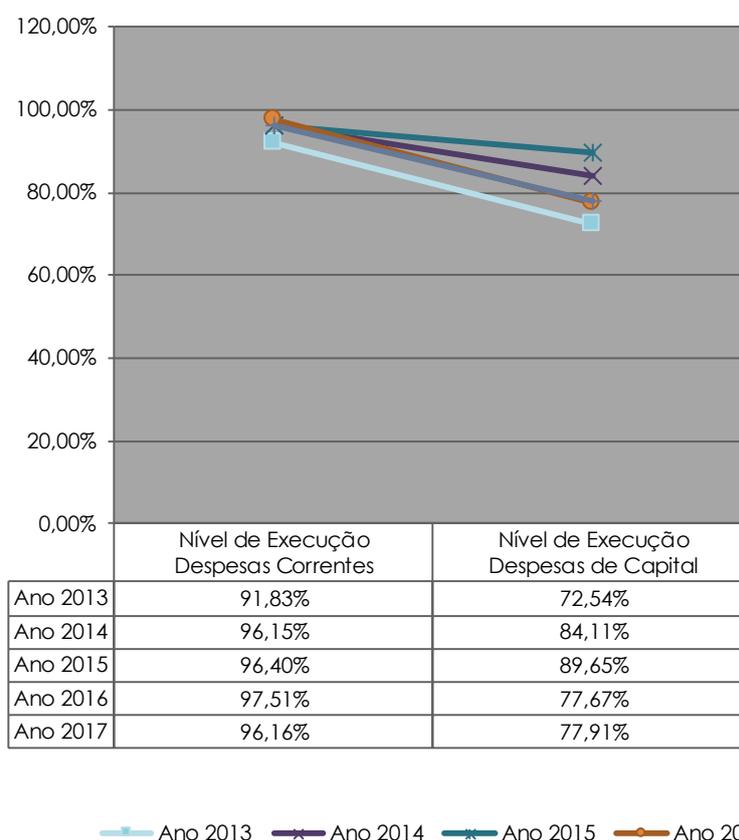


Gráfico n.º 23 – “Execução da Despesa Faturada nos exercícios de 2013, 2014,2015, 2016 e 2017”.

2.4. Considerações Finais da Execução Orçamental

Segundo o ponto 3.1.1. do POCAL, isto é, do Decreto – Lei n.º 54/99 de 22 de fevereiro têm de ser cumpridos vários princípios, nomeadamente, o Princípio do Equilíbrio Orçamental, que pressupõem o cumprimento do Equilíbrio Formal, ou seja, é necessário que sejam previstos os recursos necessários para fazer face a todas as despesas.

Ao nível da componente corrente do Orçamento é necessário existir o Equilíbrio Corrente, o qual exige que as despesas correntes não excedam as receitas correntes.

No exercício de 2017, o Município da Lousã cumpriu o equilíbrio corrente, na medida em que, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.811.413€, possibilitando pagar despesa de capital com receita corrente nesse montante.

	Correntes	Capital	Outras	Total
Receitas (1)	11 838 799,64 €	1 298 699,72 €	763 423,91 €	13 900 923,27 €
Despesa (2)	10 027 385,80 €	3 536 752,35 €	0,00 €	13 564 138,15 €
Poupança (3)=(1)-(2)	1 811 413,84	-2 238 052,63	763 423,91	336 785,12

No final do exercício de 2017, com a poupança total realizada teria sido possível diminuir o valor dos compromissos assumidos e não pagos.

No entanto, devido à aplicação da Lei n.º 8/2012, designada por “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA”, e pelo Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, de 21 de junho, existiram questões que a gestão municipal teve de considerar para que ambas as leis fossem cumpridas.

Segundo o artigo 14º do Decreto – Regulamentar n.º 127/2012, para o cumprimento do disposto no artigo 7º da LCPA, no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior e, segundo o artigo 7º da LCPA, a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

O Município da Lousã no final de 2017 não tem pagamentos em atraso de acordo com o definido na LCPA. O Prazo Médio de Pagamentos do Município da Lousã a 31/12/2017 era de **43 dias**.

Com a entrada em vigor do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, a regra do equilíbrio corrente prevista no POCAL é derogada e entrou em vigor uma nova regra de equilíbrio corrente.

De acordo com as novas regras apresentam-se de seguida os cálculos para o Município da Lousã:

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO		
	Un.: Euros (€)	
DESIGNAÇÃO	2017	
	Valores	Poupança
1. POUPANÇA CORRENTE PREVISIONAL		
Receita Corrente Previsional Corrigida	12 288 841	
Despesa Corrente Previsional Corrigida	11 297 239	991 602
2. POUPANÇA CORRENTE EXECUTADA		
Receita Corrente Executada	11 838 800	
Despesa Corrente Executada	10 027 386	1 811 414
EQUILIBRIO ORÇAMENTAL		
	2017	
	Valores	Poupança
Receita Corrente Bruta Cobrada	11 838 800	
Despesa Corrente Executada	10 027 386	
Amortizações de empréstimos de MLP executadas	589 916	
Amortizações médias de empréstimos de MLP	614 185	
Saldo do Equilíbrio Orçamental (amortizações executadas)		1 221 498
Saldo do Equilíbrio Orçamental (amortizações médias anuais)		1 197 229

Em conclusão apresentam-se um conjunto de rácios orçamentais:

RÁCIOS ORÇAMENTAIS	
DESIGNAÇÃO	2017
	%
Impostos Directos/Receita Corrente	25,16
Transferências Correntes/Receita Corrente	42,82
Transferências de Capital/Receita de Capital	99,63
Receita de Empréstimos/Receita Total	0,00
Receita Corrente/Receita Total	90,10
Despesas de Pessoal/Despesa Corrente	38,02
Despesa Corrente/Despesa Total	73,93
Amortização e Juros de Empréstimos/Despesa Total	4,66
Investimento/Despesa de Capital	74,22
Investimento/Despesa Total	19,35
Despesas de Pessoal/Receita Corrente	32,20
FEF/Despesa Total	28,26
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total	4,81
Despesa Corrente/Receita Corrente	84,70
Despesa de Capital/Receita de Capital	272,33
Receita Total/Despesa Total	96,87
(Receita Total-Passivo Financeiro)/(Despesa Total-Amortizações)	101,34
Receitas Correntes Executadas/Receitas Correntes Orçadas	96,34
Receita Total ano n/Receita Total ano n-1	96,63
Despesas correntes executadas/Despesas correntes orçadas	88,76
Despesas de capital executadas/Despesas de capital orçadas	74,67
Despesas de capital/Despesas totais	26,07
Juros pagos /Receita corrente	0,29
Despesas ano n/Despesas ano n-1	99,56
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total Corrente	5,34

3. COMPONENTE PATRIMONIAL

O registo das operações que alteram a composição quantitativa ou qualitativa do património da autarquia, de maneira a que seja possível obter informação sobre a situação económica e financeira, como o valor de todo o património do município é feito na Contabilidade Patrimonial.

3.1. A Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o documento que apresenta os custos e os proveitos por natureza, sendo os resultados classificados em correntes e extraordinários. Os resultados correntes desagregam-se em resultados operacionais e financeiros.

3.1.1. Os Custos e Perdas do Município

Analisando os Custos e Perdas Operacionais incorridos na execução da atividade do Município é possível verificar que houve um aumento de 4,54% dos custos no exercício de 2017 face ao exercício anterior, visto que, foram suportados mais 595.030€.

Este aumento justifica-se essencialmente pelo aumento de 506.635€ dos FSE - Aquisições de Serviços, associados a diversos fatores, nomeadamente Compra de Água (250.000€) e Serviços englobados em candidaturas a fundos europeus e Custos com o pessoal com um aumento de 109.485€ devido ao aumento do salário mínimo e eliminação das reduções salariais.

Custos e Perdas Operacionais	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%
Custos de Mercadorias Vendidas	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Custos das Matérias Consumidas	433 656,89 €	3,33%	303 152,31 €	2,33%	285 541,01 €	2,31%	262 445,53 €	2,00%	303 244,77 €	2,21%
Fornecimento e Serviços Externos	4 263 876,79 €	32,73%	4 265 681,46 €	32,75%	4 624 959,38 €	37,40%	5 072 391,10 €	38,73%	5 579 026,69 €	40,75%
Custos com Pessoal	4 277 032,91 €	32,83%	4 265 628,91 €	32,75%	3 710 775,52 €	30,01%	3 742 415,95 €	28,57%	3 851 901,72 €	28,13%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	576 881,23 €	4,43%	632 133,83 €	4,85%	916 630,50 €	7,41%	1 016 430,11 €	7,76%	934 399,54 €	6,82%
Amortizações do Exercício	3 325 612,49 €	25,53%	3 357 782,06 €	25,78%	2 707 663,79 €	21,89%	2 841 215,32 €	21,69%	2 872 771,12 €	20,98%
Provisões do Exercício	101 764,35 €	0,78%	139 588,06 €	1,07%	18 674,64 €	0,15%	51 959,05 €	0,40%	33 895,74 €	0,25%
Outros Custos e Perdas Operacionais	49 919,57 €	0,38%	62 578,10 €	0,48%	102 639,83 €	0,83%	110 075,36 €	0,84%	116 723,12 €	0,85%
Total	13 028 744,23 €	100,00%	13 026 544,73 €	100,00%	12 366 884,67 €	100,00%	13 096 932,42 €	100,00%	13 691 962,70 €	100,00%

Quadro n.º 3 – “Os Custos e Perdas Operacionais do exercício de 2013,2014,2015, 2016 e 2017”.

Analisando o Custo das Matérias Consumidas no exercício de 2016 face ao período homólogo anterior verifica-se que houve um acréscimo de 40.799€. Já em relação aos Custos com o Pessoal houve um acréscimo de 2,84%, ou seja, o Município no exercício de 2017 aumentou em 109.485€ os custos com o pessoal, pelos motivos já atrás expostos.

Em relação às Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais foram suportados menos 82.030€ em relação ao valor suportado no exercício de 2016.

Os Outros Custos e Perdas Operacionais registado um aumento de 6.647€.

Os custos com as Amortizações do Exercício têm um peso de 21% no cômputo dos custos operacionais representando um custo muito elevado na estrutura operacional, na medida em que, o valor total dos custos operacionais subtraído do valor das amortizações seria de 10.819.191€, sendo este valor inferior aos proveitos operacionais registados.

Da estrutura de custos do Município para além dos Custos Operacionais, temos os Custos Financeiros e os Custos Extraordinários.

Custos e Perdas	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%
Custos e Perdas Operacionais	13 028 744,23 €	94,15%	13 026 544,73 €	95,47%	12 366 884,67 €	92,76%	13 096 932,42 €	96,20%	13 691 962,70 €	97,44%
Custos e Perdas Financeiras	121 662,99 €	0,88%	93 031,99 €	0,68%	70 192,17 €	0,53%	53 390,06 €	0,39%	34 745,66 €	0,25%
Custos e Perdas Extraordinárias	688 015,43 €	4,97%	524 892,85 €	3,85%	895 408,46 €	6,72%	463 483,81 €	3,40%	324 386,73 €	2,31%
Total:	13 838 422,65 €	100,00%	13 644 469,57 €	100,00%	13 332 485,30 €	100,00%	13 613 806,29 €	100,00%	14 051 095,09 €	100,00%

41

Quadro n.º 4 – “Estrutura de Custos e Perdas do exercício de 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

O Município da Lousã aumentou os custos e perdas em 437.288€ entre 2016 e 2017 representando um aumento global de 3,21%.

Analisando a evolução dos Custos e Perdas Financeiras, do exercício de 2016 para o exercício de 2017, verificou-se um decréscimo dos custos no valor de 18.644€, representando um decréscimo de 34,92%.

Em relação aos Custos e Perdas Extraordinários verificou-se uma diminuição de 139.097€, representando uma diminuição de 30%.

Na estrutura de custos do Município a componente operacional assume um peso crucial, na medida em que, à componente financeira e extraordinária corresponderam somente 2,56%.

3.1.2. Os Proveitos e Ganhos do Município

Da análise às Vendas e Prestações de Serviços, aos Impostos e Taxas, aos Trabalhos para a Própria Entidade, às Transferências e Subsídios Obtidos e aos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, constata-se que os proveitos obtidos da atividade do Município aumentaram 1,66%, representando um aumento de aproximadamente 188.946€, no exercício de 2017 em relação ao exercício anterior.

O maior aumento registou-se ao nível das Vendas e Prestações de Serviços na ordem dos 109.524€, seguindo-se as Transferências e Subsídios Obtidos com um aumento de 37.955€.

Proveitos e Ganhos Operacionais	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%
Vendas e Prestações de Serviços	1 953 135,57 €	18,03%	2 034 365,91 €	18,64%	2 125 708,10 €	19,04%	2 107 417,44 €	18,56%	2 216 942,01 €	19,21%
Impostos e Taxas	3 236 053,54 €	29,88%	3 515 449,13 €	32,21%	3 578 031,79 €	32,05%	3 739 287,11 €	32,93%	3 765 810,95 €	32,63%
Trabalhos para a Própria Entidade	104 689,19 €	0,97%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Transferências e Subsídios Obtidos	5 399 440,23 €	49,85%	5 318 866,38 €	48,73%	5 386 535,75 €	48,24%	5 468 372,20 €	48,16%	5 506 327,23 €	47,70%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	138 462,19 €	1,28%	46 799,44 €	0,43%	75 274,88 €	0,67%	38 617,63 €	0,34%	53 560,34 €	0,46%
Total	10 831 780,72 €	100,00%	10 915 480,86 €	100,00%	11 165 550,52 €	100,00%	11 353 694,38 €	100,00%	11 542 640,53 €	100,00%

Quadro n.º 5 – “Valores dos Proveitos e Ganhos Operacionais do exercício de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017”.

Os Proveitos Operacionais assumem um peso elevado no cômputo do valor total dos proveitos, na medida em que, estes representam 89,10% do total.

Os valores registados nos Proveitos Financeiros e Extraordinários, registados no período em análise foram os seguintes:

Proveitos e Ganhos	Ano 2013	%	Ano 2014	%	Ano 2015	%	Ano 2016	%	Ano 2017	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	10 831 780,72 €	90,33%	10 915 480,86 €	79,98%	11 165 550,52 €	82,10%	11 353 694,38 €	88,88%	11 542 640,53 €	89,10%
Proveitos e Ganhos Financeiros	529 710,92 €	4,42%	557 757,76 €	4,09%	574 870,51 €	4,23%	532 054,48 €	4,16%	517 415,43 €	3,99%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	629 476,30 €	5,25%	2 175 160,23 €	15,94%	1 859 922,54 €	13,68%	889 037,87 €	6,96%	894 599,45 €	6,91%
Total:	11 990 967,94 €	100,00%	13 648 398,85 €	100,00%	13 600 343,57 €	100,00%	12 774 786,73 €	100,00%	12 954 655,41 €	100,00%

Quadro n.º 6 – “Os Proveitos e Ganhos do exercício de 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

Do exercício de 2016 para o exercício de 2017, os Proveitos totais obtidos aumentaram 179.869€, tendo registado uma variação positiva de 1,41%.

Em relação aos Proveitos e Ganhos Financeiros o valor registado no exercício de 2017 foi inferior ao do ano anterior, visto que, o valor registado diminuiu 2,75%. Face aos Proveitos Extraordinários o valor de 2017 aumentou 5.562€ face ao período homólogo anterior, representando um aumento de 0,63%.

3.1.3. Os Resultados do Município

Em relação aos Resultados Financeiros o Município da Lousã registou resultados positivos de 482.669,77€, relativamente aos Resultados Extraordinários o resultado também foi positivo no montante de 570.212,72€.

Relativamente ao Resultado Operacional a situação do exercício de 2017, à semelhança dos anos anteriores, foi a de que os Custos e Perdas Operacionais foram superiores aos Proveitos e Ganhos Operacionais.

Esta situação é difícil de inverter devido ao facto de as Amortizações do Exercício representarem 2.872.771€ num total de 13.691.962€ e também devido à especificidade dos restantes custos da componente operacional serem de muito difícil redução no contexto autárquico, carecendo em alguns casos de investimentos avultados.

Se a redução para equilibrar os resultados operacionais fosse feita ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos estes teriam de ser reduzidos em aproximadamente 38% atendendo ao mesmo nível de Proveitos e Ganhos Operacionais verificado no ano em análise, o que iria comprometer a execução da atividade municipal.

Outra via para equilibrar a componente operacional seria pela vertente dos Proveitos e Ganhos mas atendendo ao contexto sócio – económico atual, o aumento dos preços, das taxas e impostos cobrados implicaria um enorme sacrifício dos munícipes. Já o aumento das Transferências e Subsídios Obtidos dificilmente se verificará, na medida em que estas têm registado decréscimos sucessivos, seguido de estagnação ou ligeiros aumentos.

Importa salientar no entanto que o Cash-Flow do Município é bastante positivo situando-se em 2017 em 1.810.227€. O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos situou-se nos 1.293.661€.

No exercício de 2013,2014,2015,2016 e 2017, os resultados obtidos foram os seguintes:

RESULTADOS	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Resultados Operacionais	- 2 196 963,51 €	- 2 111 063,87 €	- 1 201 334,15 €	- 1 743 238,04 €	- 2 149 322,17 €
Resultados Financeiros	408 047,93 €	464 725,77 €	504 678,34 €	478 664,42 €	482 669,77 €
Resultados Correntes	- 1 788 915,58 €	- 1 646 338,10 €	- 696 655,81 €	- 1 264 573,62 €	- 1 666 652,40 €
Resultado Líquido do Exercício	-1 847 454,71 €	3 929,28 €	267 858,27 €	-839 019,56 €	-1 096 439,68 €

Quadro n.º 7 – “Os Resultados do exercício de 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

Analisando a evolução dos Resultados obtidos pelo Município da Lousã nos exercícios de 2013,2014,2015,2016 e 2017 é possível verificar que:

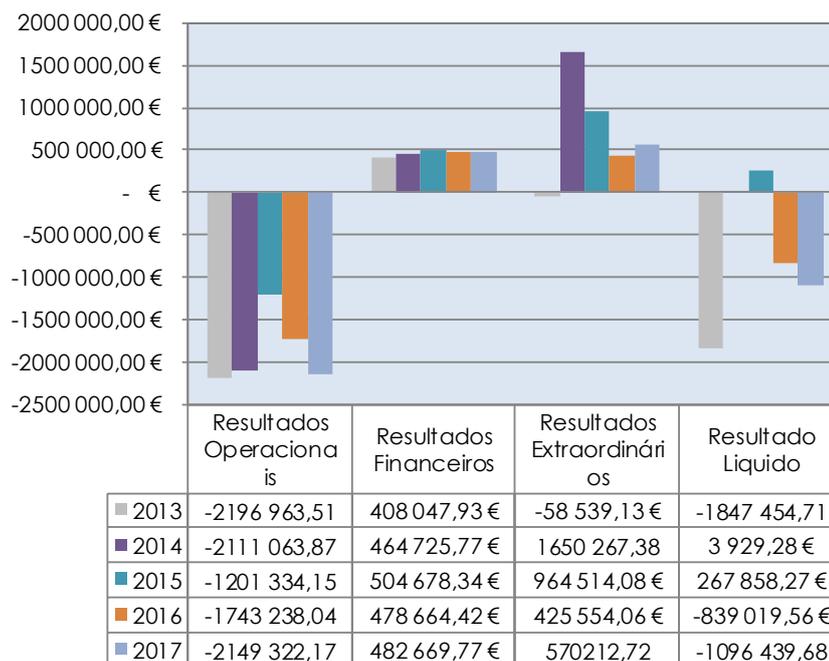


Gráfico n.º 24 – “Evolução dos Resultados do Município no exercício de 2013,2014, 2015,2016 e 2017”.

Os Proveitos Globais em 2017 aumentaram face aos registados no exercício de 2016 devido à componente operacional (+188.946€) mas, como os Custos Operacionais aumentaram (+595.030€) face ao ano anterior, deu origem a um agravamento face a 2016 do Resultado Líquido do Exercício de 2017 que se situou nos **-1.096.439€**.

3.2. O Balanço

O Balanço é uma fotografia da situação patrimonial do Município à data de 31 de dezembro de 2017, onde é expressa a relação existente entre o Ativo, o Passivo e os Fundos Próprios.

3.2.1. O Ativo Líquido

No período em análise os valores do Ativo líquido foram os seguintes:

ATIVO	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%
Imobilizado:										
Bens de Domínio Público	16 247 195,59 €	27,40%	15 392 122,59 €	25,27%	14 455 405,44 €	24,33%	13 619 200,89 €	23,73%	12 347 512,15 €	20,71%
Imobilizações Incorpóreas	296 438,36 €	0,50%	181 674,63 €	0,30%	91 238,08 €	0,15%	34 816,83 €	0,06%	27 301,61 €	0,05%
Imobilizações Corpóreas	38 770 583,30 €	65,37%	39 410 038,94 €	64,71%	40 298 190,47 €	67,83%	40 504 416,95 €	70,56%	41 289 443,75 €	69,26%
Investimentos Financeiros	694 145,61 €	1,17%	1 201 561,47 €	1,97%	1 201 561,47 €	2,02%	1 194 079,50 €	2,08%	1 194 079,50 €	2,00%
Circulante:										
Existências	180 406,90 €	0,30%	529 959,86 €	0,87%	155 890,02 €	0,26%	144 341,90 €	0,25%	152 915,73 €	0,26%
Dívidas de Terceiros- Médio e Longo Prazo	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	1 426 906,86 €	2,41%	1 616 046,98 €	2,65%	2 108 207,33 €	3,55%	524 944,20 €	0,91%	1 522 822,74 €	2,55%
Títulos Negociáveis	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%	,00 €	0,00%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1 174 897,78 €	1,98%	2 197 771,76 €	3,61%	837 402,08 €	1,41%	1 166 195,27 €	2,03%	795 141,41 €	1,33%
Acréscimos e Diferimentos	515 598,16 €	0,87%	370 821,87 €	0,61%	263 768,73 €	0,44%	213 325,44 €	0,37%	2 286 844,86 €	3,84%
TOTAL DO ATIVO:	59 306 172,56 €	100,00%	60 899 998,10 €	100,00%	59 411 663,62 €	100,00%	57 401 320,98 €	100,00%	59 616 061,75 €	100,00%

Quadro n.º 8 – “O Ativo líquido nos períodos de 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

Da análise ao Ativo líquido é possível verificar que o Imobilizado tem um peso de 92,02% no seu total, representando um total de 54.858.337€. Este valor faz com que ao nível da Demonstração de Resultados as Amortizações do Exercício tenham um impacto elevado e já descrito no ponto dos Custos Operacionais, representando o enorme esforço de investimento que o Município fez nos últimos anos.

A componente do Ativo Circulante, no exercício de 2017, totalizou 4,14%.

O Ativo líquido registou um aumento de 3.86% face ao período homólogo anterior, sendo este aumento justificado pelo aumento das dívidas de terceiros 190%, as existências registaram um aumento de 5,94% e nos Acréscimos e Diferimentos houve um aumento de 972%. Em relação aos Depósitos em Instituições Financeiras e à Caixa apresentou uma diminuição de 31,82%.

O aumento das dívidas de terceiros em 190% deve-se ao facto de o Município ter passado a registar os direitos sobre os subsídios de investimento no momento da aprovação dos contratos de financiamento.

O aumento dos Acréscimos e diferimentos em 972% deve-se ao facto de o Município ter passado a especializar a receita do IMI em função do ano específico a que a receita diz respeito. Por este facto no ano de 2017 foram considerados dois anos de receita (2017 e 2016) tendo um dos anos sido refletido na conta de proveitos e o outro na conta de resultados transitados.

Ainda e em relação ao Imobilizado Bruto podemos verificar que houve um crescimento de 2,32% no valor total conforme quadro infra.

Ativo Imobilizado Bruto	Ano de 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Bens de Domínio Público	31 885 783,22 €	32 627 107,44 €	33 335 288,43 €	34 202 513,42 €	34 636 084,17 €
Imobilizações Incorpóreas	1 582 261,28 €	1 583 621,28 €	1 584 054,10 €	1 609 393,29 €	1 609 393,29 €
Imobilizações Corpóreas	59 143 084,49 €	61 074 984,05 €	62 905 094,50 €	64 161 019,65 €	66 074 234,75 €
Investimentos Financeiros	694 145,61 €	1 201 561,47 €	1 201 561,47 €	1 194 079,50 €	1 194 079,50 €
Total do Ativo Imobilizado Bruto	93 305 274,60 €	96 487 274,24 €	99 025 998,50 €	101 167 005,86 €	103 513 791,71 €

Quadro n.º 9 – “O Imobilizado Bruto do exercício de 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

Assim, é possível verificar que o valor das Amortizações Acumuladas no exercício de 2017 foi de 48.655.454€, no exercício de 2016 as amortizações acumuladas tinham sido de 45.814.491€, tendo as amortizações do exercício de 2017 registado o valor de 2.872.771€.

3.2.2. O Passivo

No que toca às obrigações presentes do Município, provenientes de acontecimentos passados é possível verificar que houve um aumento de 4,08%, representando um aumento do Passivo de 766.833€.

Para o aumento do Passivo contribuíram essencialmente os acréscimos e diferimentos que aumentaram 5,37%, representando um aumento de 719.271€. As dívidas de curto e médio e longo prazo no seu conjunto aumentaram só 47.561€.

PASSIVO	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%
Provisões Para Riscos e Encargos	101 764,35 €	0,50%	70 264,35 €	0,32%	60 882,69 €	0,30%	88 967,69 €	0,47%	88 967,69 €	0,45%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	4 621 094,05 €	22,54%	4 912 613,48 €	22,25%	4 271 102,80 €	21,01%	3 590 395,82 €	19,10%	2 956 917,80 €	15,11%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2 407 545,75 €	11,74%	2 758 413,09 €	12,49%	1 967 475,68 €	9,68%	1 735 751,81 €	9,23%	2 416 791,67 €	12,35%
Acréscimos e Diferimentos	13 371 973,86 €	65,22%	14 338 983,35 €	64,94%	14 024 620,35 €	69,00%	13 385 817,37 €	71,20%	14 105 089,13 €	72,08%
TOTAL DO PASSIVO:	20 502 378,01 €	100,00%	22 080 274,27 €	100,00%	20 324 081,52 €	100,00%	18 800 932,69 €	100,00%	19 567 766,29 €	100,00%

Quadro n.º 10 – “O Passivo do Município em 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

3.2.3. Os Fundos Próprios

Os Fundos Próprios consistem na medida residual da demonstração da posição financeira, isto é os Ativos menos os Passivos, podendo ser positivos ou negativos. Representando o valor contabilístico da entidade.

No caso do Município da Lousã o valor dos Fundos Próprios no exercício de 2017 foi de 39.469.266€. Em relação ao exercício anterior verificou-se um aumento de 2,25%, representando um aumento de 868.879€.

No caso do Património e das Reservas o valor registado em 2017 face ao período anterior manteve-se inalterado. Em relação aos Resultados Transitados houve a integração do Resultado Líquido do Exercício de 2016 e o reflexo da alteração da política contabilística relativamente à contabilização do IMI tendo originado uma melhoria significativa. O Resultado Líquido passou de -839.019€ para - 1.096.439€.

FUNDOS PRÓPRIOS	Ano de 2013	%	Ano de 2014	%	Ano de 2015	%	Ano de 2016	%	Ano de 2017	%
Património	44 175 228,83 €	113,84%	44 175 228,83 €	113,80%	44 175 228,83 €	113,02%	44 527 054,58 €	115,35%	44 527 054,58 €	112,81%
Doações	18 836,50 €	0,05%	30 836,50 €	0,08%	30 836,50 €	0,08%	30 836,50 €	0,08%	39 505,67 €	0,10%
Resultados Transitados	-3 542 816,07 €	-9,13%	-5 390 270,78 €	-13,89%	-5 386 341,50 €	-13,78%	-5 118 483,23 €	-13,26%	-4 000 853,69 €	-10,14%
Resultado Líquido	-1 847 454,71 €	-4,76%	3 929,28 €	0,01%	267 858,27 €	0,69%	-839 019,56 €	-2,17%	-1 096 439,68 €	-2,78%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	38 803 794,55 €	100,00%	38 819 723,83 €	100,00%	39 087 582,10 €	100,00%	38 600 388,29 €	100,00%	39 469 266,88 €	100,00%

Quadro n.º 11 – “Valores dos Fundos Próprios do Município em 2013,2014,2015,2016 e 2017”.

3.3. Os Indicadores Económico – Financeiros

No exercício de 2017 há a destacar a melhoria da Liquidez Geral do Município e da Liquidez Reduzida. Os restantes rácios mantêm-se estáveis relativamente ao ano anterior.

RÁCIO	DESCRIÇÃO	VALOR				
		Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017
Liquidez Geral: Ativo Circulante/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Geral, mede o grau em que as dívidas a curto prazo podem ser cobertas pelo Ativo Circulante. Quanto maior for o rácio, maior certeza se terá que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos.	1,37	1,71	1,71	1,18	1,97
Liquidez Imediata: Disponível/Passivo C/P	O Rácio Liquidez Imediata, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelas disponibilidades.	0,49	0,80	0,43	0,67	0,33
Liquidez Reduzida: (Ativo Circulante - Existências)/Passivo Circulante	O Rácio Liquidez Reduzida, revela o grau de cobertura do Passivo Circulante pelo Ativo Circulante subtraído das Existências.	1,29	1,52	1,63	1,10	1,91
Endividamento: Dívidas a Terceiros C/P/ Fundos Próprios e passivo	O Rácio do Endividamento permite apurar o grau em que a Autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade.	0,04	0,05	0,03	0,03	0,04
Autonomia Financeira: Fundos Próprios/Ativo Total	O Rácio da Autonomia Financeira traduz a capacidade da Autarquia de financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.	0,65	0,64	0,66	0,67	0,66
Cobertura Imob. Pelos Capitais Permanentes: Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	O Rácio da Cobertura do Imobilizado Pelos Capitais Permanentes, mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.	0,78	0,78	0,77	0,76	0,77

Quadro n.º 12 – “Indicadores Económico – Financeiros do exercício de 2013 a 2017”.

A Liquidez imediata piorou com a redução do valor das disponibilidades entre 2016 e 2017, mas a Liquidez Geral e a Liquidez Reduzida melhoraram substancialmente e mantêm-se acima de 1 o que demonstra a consolidação da política de pagamentos do Município em prazos curtos.

Analisando a evolução tanto da Liquidez Geral, como da Imediata, como da Reduzida, no período de 2013,2014,2015 e 2016, verificamos que o exercício de 2017 mantém as melhorias alcançadas em 2013 quando estes rácios passaram a ser superiores a 1.

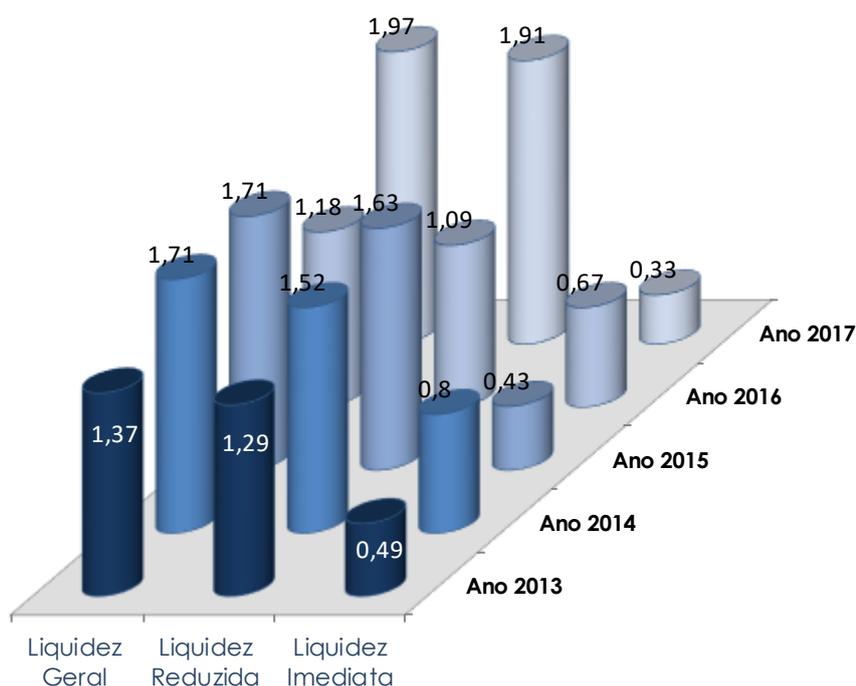


Gráfico n.º 25 – “Os Rácios da Liquidez dos exercícios de 2013 a 2016”

3.4. As Dívidas e o Endividamento Municipal

50

3.4.1. As Dívidas De e A Terceiros

Face às dívidas que existem para com o Município o valor aumentou do exercício de 2016 para o de 2017 no montante 997.878€ representando um aumento de 190% que se justificou pelo reconhecimento dos montantes por receber dos contratos já assinados no âmbito das candidaturas aos quadros comunitários, nomeadamente nos Outros devedores.

Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017
Cientes Conta Corrente	100 168,43 €	117 717,87 €	133 683,90 €	132 516,36 €	148 537,69 €
Contribuintes Conta Corrente	30 798,04 €	61 531,82 €	70 933,68 €	69 917,79 €	75 619,17 €
Utentes Conta Corrente	32 368,69 €	69 324,93 €	101 165,36 €	100 173,33 €	99 820,17 €
Estado e Outros Entes Públicos	129 703,57 €	140 815,34 €	123 586,51 €	99 646,54 €	84 796,94 €
Outros Devedores	1 133 868,13 €	1 226 657,02 €	1 678 837,88 €	122 690,18 €	1 114 048,77 €
Total das Dívidas de Terceiros	1 426 906,86 €	1 616 046,98 €	2 108 207,33 €	524 944,20 €	1 522 822,74 €

Quadro n.º 13 – “As Dívidas De Curto Prazo do período de 2013 a 2017”.

Em relação às Dívidas a Curto Prazo que o Município tem para com terceiros, no período de 2016 a 2017, a dívida aumentou em 681.039€.

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017
Fornecedores Conta Corrente	1 237 953,98 €	1 145 319,22 €	711 356,33 €	247 064,96 €	1 073 758,65 €
Clientes e Utentes Com Cauções	10 182,65 €	10 182,65 €	,00 €	,00 €	,00 €
Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente	119 719,41 €	492 203,91 €	72 861,66 €	296 032,53 €	154 937,26 €
Estado e Outros Entes Públicos	60 895,25 €	86 122,93 €	102 532,81 €	98 335,72 €	107 316,21 €
Outros Credores	456 679,31 €	462 420,50 €	495 188,17 €	510 123,69 €	528 611,32 €
Empréstimos de MLP - componente de curto prazo	522 115,15 €	562 163,88 €	585 536,71 €	584 194,91 €	552 168,23 €
Total das Dívidas a Terceiros Curto Prazo	2 407 545,75 €	2 758 413,09 €	1 967 475,68 €	1 735 751,81 €	2 416 791,67 €

Quadro n.º 14 – “As Dívidas A Curto Prazo do período de 2013 a 2017”.

No final do exercício de 2017 as Dívidas aos Fornecedores c/c registaram um aumento de dívida de 826.694€, tendo sido o agregado que mais contribuiu para o aumento da dívida de curto prazo.

51

Em relação à dívida com empréstimos de Médio e Longo Prazo, no final do exercício de 2017, analisando o período de 2016 a 2017 **verifica-se que diminuiu cerca de 633.478€** a sua componente de MLP.

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	Ano de 2013	Ano de 2014	Ano de 2015	Ano de 2016	Ano de 2017
Dívidas a Instituições de Crédito	4 441 295,53 €	4 317 658,99 €	3 769 651,68 €	3 183 643,31 €	2 625 754,02 €
Dívidas Leasing e Dívida FAM	179 798,52 €	594 954,49 €	501 451,12 €	406 752,51 €	331 163,78 €
Total das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	4 621 094,05 €	4 912 613,48 €	4 271 102,80 €	3 590 395,82 €	2 956 917,80 €

3.4.2. O Endividamento Municipal

Em relação ao Endividamento Municipal, o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, alterou profundamente o cálculo dos limites do endividamento municipal. Com a entrada em vigor deste diploma passou a existir um único limite, denominado Limite da Dívida Total.

Analisando os cálculos de acordo com o estabelecido por lei verifica-se que:

QUADRO : LIMITE DA DÍVIDA TOTAL		
DESIGNAÇÃO	2017 (01/01/2017)	2017 (31/12/2017)
1. Receita Corrente Líquida Cobrada	34 732 774	34 732 774
1.1 Receita Corrente Líquida Cobrada 2014	11 230 707	11 230 707
1.2 Receita Corrente Líquida Cobrada 2015	11 686 509	11 686 509
1.3 Receita Corrente Líquida Cobrada 2016	11 815 558	11 815 558
2. Média da Receita Corrente Líquida Cobrada (últimos três anos)	11 577 591	11 577 591
3. Majoração da Média em 1,5 %	17 366 387	17 366 387
Dívida de Operações Orçamentais	515 525	1 004 503
Empréstimos Obtidos	3 767 838	3 177 922
Faturas em recepção e conferência	136 605	325 298
Contratos de Leasing (capital em dívida)	138 258	117 135
Contribuição das Associações de Municípios para a dívida total	21 500	20 959
Contribuição do SEL para a dívida total	0	0
4. Total da dívida de operações orçamentais	4 579 726	4 645 818
Margem total disponível em 01/01/2017	12 786 660	
		Margem Utilizada
Margem disponível para ser utilizada no ano 2017	2 557 332	66 091

Quadro n.º 15 – “Valores dos Limites impostos por Lei”.

Assim, da análise do quadro n.º 15 verifica-se que o Limite da Dívida Total do Município da Lousã é de 17.366.387€. No final do ano 2017 tinha 4.624.859€ de dívida de operações orçamentais incluindo as Associações de Municípios e o SEL. A margem disponível que tinha para ser utilizada em 2017 era de 2.557.332€ dos quais utilizou 66.091€.

Em conclusão o Município da Lousã cumpriu com margem muito elevada o novo Limite da Dívida Total previsto no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais.

3.4.3. Os Pagamentos em Atraso

O Município da Lousã terminou o exercício de 2017 cumprindo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, não tendo pagamentos em atraso de acordo com a definição da Lei.

O Município da Lousã terminou o ano de 2017 com um Prazo Médio de Pagamentos de 43 dias.

<i>Prazo Médio de Pagamentos</i>						2017
	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
PMP	141	67	58	26	23	43

Quadro n.º 16 – “Evolução do Prazo Médio de Pagamentos”

4. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se apresentam “visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo”, como está definido no ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º54-A/99. A sua exigibilidade está expressa no ponto 2, art.º6 do Decreto-Lei n.º54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no ponto 3.2 do POCAL.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações do Município (entidade contabilística), segundo os princípios do custo histórico, prudência, especialização dos exercícios, materialidade e da não compensação.

O princípio da forma prevaleceu sobre o da substância em consonância com o disposto no POCAL, exceto para a contabilização das aquisições de bens através de contratos de locação financeira.

Notas:

8.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local.

- Tanto o Balanço como a Demonstração de Resultados foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no POCAL.

8.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Uma vez que não foi efetuado o reconhecimento do acréscimo de proveitos no ano de 2016, que ao valor da receita já recebida e contabilizada na conta 721010202 - Imposto municipal sobre imóveis no valor de 1.956.649,10 euros até dezembro de 2017, foi efetuada a regularização pela contrapartida da conta

59 - Resultados transitados, evitando por conseguinte que a conta respeitante ao IMI ficasse com a duplicação de proveitos.

No que respeita aos cálculos efetuados para efeito do reconhecimento da estimativa do proveito respeitante ao ano de 2017 da receita de IMI foi feito o seguinte:

- O ML no ano de 2017 ainda se encontra a receber receita de IMI dos anos de 2015 e 2016 sendo estes reconhecidos na conta 721010202 - Imposto municipal sobre imóveis,
- O ML procedeu à análise, com base em informação retirada do Portal da AT, apurando o montante de 1.955.704,19 euros (referente ao ano de 2015) e ao montante de 1.983.165,70 euros (referente ao ano de 2016) que somada e dividida por 2 (anos) corresponderia a um total de receita no valor de 1.969.434,95 euros;
- O ML procedeu ainda, decorrente desta análise, ao reconhecimento do valor de 105.824,09 euros como acréscimo de proveitos, correspondendo ao valor processado da receita relativo ao ano de 2016, deduzindo o valor a transferir para as freguesias, e entre o valor efetivamente já cobrado em 2017, relativo ao ano de 2016, uma vez que à data de 31/12/2017 ainda não tinha sido emitida/processada a totalidade da receita a receber respeitante ao ano de 2016;
- O valor efetivamente considerado pelo ML como estimativa fiável para o acréscimo de proveitos da receita de IMI corresponde ao montante previsto em orçamento de 1.940.000,00 euros.

8.2.3 Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.1 do POCAL, foi aprovado pela Câmara Municipal o Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado da Autarquia (RCIIA) que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. O RCIIA faz parte integrante da Norma de Controlo Interno da Autarquia. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao imobilizado corpóreo e bens de domínio público, foram os que constam desse regulamento, estando os critérios de acordo com as disposições do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

a) Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público

a 1) O imobilizado corpóreo é registado pelo valor de aquisição ou de produção, incluindo todas as despesas com a compra.

a 2) As amortizações são calculadas em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes por duodécimos.

Taxas de Amortização – Redes de Abastecimento Público e Águas Residuais do Concelho da Lousã

A Divisão de Obras Municipais realizou uma análise técnica sobre o período de depreciação das redes de água e saneamento do Concelho da Lousã, chegando à conclusão que o período médio de amortização para este tipo de investimentos deverá ser de 40 anos.

Constata-se que nos exercícios anteriores a 2015 o Município da Lousã estava a amortizar este tipo de investimentos a uma taxa de 5% (20 anos).

Analisando a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e a prática que tem vindo a ser seguida em outros sistemas de abastecimento e tratamento em baixa (nomeadamente Coimbra e Figueira da Foz), passámos em 2015 a utilizar a taxa mínima de amortização (2,5% - 40 anos) para este tipo de investimentos, alterando assim a política contabilística que tinha vindo a ser seguida. Esta alteração já teve efeitos no exercício de 2015, tendo sido feitos os ajustamentos necessários nestes grupos homogéneos nesse ano contabilístico. Neste exercício seguiu-se a política já definida sem qualquer alteração.

b) Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com grau de acabamento e faturação das obras e trabalhos específicos (Imobilizado Incorporado).

c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) são relevados ao custo de aquisição.

Os investimentos financeiros estão expressos no mapa de ativos de Rendimento Fixo e na nota 8.2.16.

d) Existências

As Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado. O sistema de inventário utilizado é o permanente.

e) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

f) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

g) Acréscimos e Diferimentos / Especialização dos exercícios

As receitas são reconhecidas nos exercícios a que dizem respeito independentemente do seu recebimento.

As despesas são igualmente reconhecidas quando ocorrem, independentemente do seu pagamento. As diferenças resultantes são relevadas nas rubricas de “ Acréscimos e Diferimentos”: Acréscimos de Proveitos; Custos Diferidos; Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

Incluem-se nestas contas, seguros a liquidar, remunerações a liquidar, consumos de água, eletricidade, telecomunicações, despesas antecipadas de seguros, especialização de custos diversos, juros a receber, especialização de proveitos diversos e subsídios ao investimentos(FEDER e outros).

h) Aquisições em locação financeira

Os valores de capital indicados nos contratos de aquisição de bens em regime de locação financeira são registados nas respetivas contas de imobilizado, e de fornecedores de imobilizado. Os encargos financeiros debitados são relevados nas adequadas contas de custo do exercício.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

- Não Aplicável.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado: por valorimetrias diferentes das previstas nos critérios de valorimetria; por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas e por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

- Não Aplicável.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de Instalação» e 432 «Despesas de Investigação e de Desenvolvimento».

- O valor da conta 431 - Despesas de Instalação reflete o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU).

- O valor da conta 432 - Despesas de Investigação e de Desenvolvimento reflete o Projeto Educativo da Lousã, o valor dos trabalhos realizados no âmbito da quarta fase do Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Av. D. Manuel I e Levantamento topográfico para atualização da base topográfica Centro de Saúde, Escola e Estação do Espírito Santo e área envolvente.

8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Ano: 2017

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	173 380,29	0,00	0,00	0,00	0,00	173 380,29
452 Edifícios	83 318,81	0,00	0,00	0,00	0,00	83 318,81
453 Outras construções e infraestruturas	33 922 005,52	0,00	0,00	0,00	135 134,96	34 057 140,48
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	83 808,80	0,00	433 570,75	0,00	-135 134,96	382 244,59
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	34 202 513,42	0,00	433 570,75	0,00	0,00	34 636 084,17
431 Despesas de instalação	91 137,81	0,00	0,00	0,00	0,00	91 137,81
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	1 504 200,58	0,00	0,00	0,00	0,00	1 504 200,58
433 Propriedade industrial e outros direitos	14 058,12	0,00	0,00	0,00	0,00	14 058,12
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 609 393,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1 609 393,29
421 Terrenos e recursos naturais	10 244 872,01	0,00	27 142,50	4 385,50	0,00	10 267 480,01
422 Edifícios e outras construções	43 994 191,39	0,00	31 543,76	0,00	1 182 859,85	45 208 394,80
423 Equipamento básico	4 397 083,39	0,00	191 583,48	0,00	2 480,00	4 591 126,87
424 Equipamento de transporte	2 922 304,67	0,00	501 274,20	307,66	-31 978,88	3 391 294,05
425 Ferramentas e utensílios	805 322,92	0,00	34 490,38	0,00	0,00	840 013,30
426 Equipamento administrativo	1 086 100,06	0,00	63 674,66	0,00	0,00	1 149 774,72
427 Têxteis e vestuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	171 261,29	0,00	2 988,90	0,00	0,00	174 250,19
442 Imobilizações em curso	540 083,92	11 938,60	1 082 588,31	0,00	-1 182 859,85	451 921,24
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	64 161 019,65	11 938,60	1 938 466,34	4 693,16	-29 516,68	66 074 234,75
411 Partes de capital	675 372,48	0,00	0,00	0,00	0,00	675 372,48
412 Obrigações e títulos de participação	508 366,36	0,00	0,00	0,00	0,00	508 366,36
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	10 340,68	0,00	0,00	0,00	0,00	10 340,68
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 194 079,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1 194 079,52

Quadro n.º 17 – “Ativo Bruto/Imobilizado Bruto”.

Ano: 2017
Até à data: 31/12/2017

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	10 521,62	1 419,39	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	20 572 790,91	1 703 840,10	0,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
		20 593 312,53	1 705 259,49	0,00
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	66 230,11	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	1 496 680,42	7 473,97	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	11 665,93	41,25	0,00
		1 574 576,46	7 515,22	0,00
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1 917 763,61	234 136,24	0,00
Outras construções	48222	14 045 758,94	462 710,97	0,00
Equipamento básico	4823	3 630 155,90	221 612,34	0,00
Equipamento de transporte	4824	2 430 472,40	128 487,38	32 284,32
Ferramentas e utensílios	4825	733 478,98	34 664,38	0,00
Equipamento administrativo	4826	885 398,52	76 650,80	0,00
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	13 575,35	2 210,51	0,00
		23 656 602,70	1 160 472,62	32 284,32
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00

Quadro n.º 18 – “Amortizações e Provisões”.

8.2.8 Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado. À exceção dos edifícios e outras construções e viaturas (a desagregar elemento por elemento), poderá ser efetuada por grupos homogêneos (conjunto de elementos da mesma espécie cuja amortização obedeça ao mesmo regime e deva iniciar-se no mesmo ano);

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e de reavaliação;

Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação;

Taxas de amortização;

Amortizações do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

- *Informações relativas à nota 8.2.8 encontram-se **nos quadros da nota 8.2.7** e no Inventário aprovado com os documentos da prestação de contas (todos os dados estão inseridos na base de dados informática SIC da AIRC).*

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

- *Não Aplicável.*

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

- *Não Aplicável.*

8.2.11 Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

- *Não Aplicável.*

8.2.12 Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Imobilizações reversíveis;

Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados.

- Não Aplicável.

8.2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

- Os bens adquiridos em regime de locação financeira pela Autarquia são os seguintes:

-Terreno Rústico:

Valor Contabilístico: 383.451,71€;

8.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- Não aplicável

8.2.15 Relação dos bens de domínio público que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

- Os bens do património histórico, artístico e cultural não estão valorizados porque decidiu-se que a sua valorização iria destorcer a imagem do Balanço.

8.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

ENTIDADES PARTICIPADAS

Empresa	Valor	Valor	Capital	% Participação	Capital	Ano Ref.	Valorização da Participação	Diferença	Rliquido
	Participação (1)	Aquisição (Conta 41)	Social (2)	(3)= (1) / (2)	Próprio (4)0				
Águas do Centro Litoral, SA	449 867,00	449 867,00	39 974 968,10	1,13%	94 652 655,08	2017	1 065 194,25	615 327,25	3 898 893,86
EmeQuatro	1 600,00	50 300,00	5 000,00	32,00%	51 727,88	2016	16 552,92	-33 747,08	14 964,31
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro SA	51 680,00	24 705,46	8 500 000,00	0,61%	47 293 318,00	2017	287 543,37	262 837,91	205 838,00
Metro Mondego, S.A.	150 500,00	150 500,00	1 075 000,00	14,00%	34 091 155,27	2017	4 772 761,74	4 622 261,74	-27 638,57

a) - Foi subscrito o Fundo de Apoio Municipal, regulamentado pela Lei n.º 53/2014 de 25/8 no montante de 508.366,36€ e está registado na conta 412-Obrigações e Títulos de Participação.

8.2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos Negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.18 Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

- Não Aplicável.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

- Não Aplicável.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

- Não Aplicável.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

- Não Aplicável.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

- O valor global das dívidas de cobrança duvidosa é de 189.897,34€, valor este provisionado a 100%.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

- Não Aplicável.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

- Não Aplicável.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

-Os montantes em dívida ao Estado e outros entes públicos dizem respeito às retenções nos salários do mês de dezembro para serem entregues no mês de janeiro de 2018

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - Contas de Ordem

AMB 8 USUAL 31/12/2017

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1 611 711,25		154 904,24		1 766 615,49	
09321	Prestadas por Fomecedores de c/c	17 540,76		56 109,32		73 650,08	
09322	Prestadas por Fomecedores de Imobilizado	1 355 984,29		96 749,42		1 452 733,71	
09323	Prestadas por Outros Credores	238 186,20		2 045,50		240 231,70	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				27 707,13		27 707,13
09331	Devolvidas a Fomecedores de c/c				17 540,76		17 540,76
09332	Devolvidas a Fomecedores de Imobilizado				3 903,55		3 903,55
09333	Devolvidas a Outros Credores				6 262,82		6 262,82
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Aclonadas				10 892,02		10 892,02
09341	Aclonadas a Fomecedores de c/c						
09342	Aclonadas a Fomecedores de Imobilizado				10 892,02		10 892,02
09343	Aclonadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		1 611 711,25		154 904,24	38 599,15	1 728 016,34	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	A responsabilidade do Tesoureiro	116 342,93			5 013,54	111 329,39	
0922	A responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		116 342,93		0,00	5 013,54	111 329,39	
Total		1 728 054,18		154 904,24	43 612,69	1 839 345,73	

Quadro n.º 19– “Mapa 8.2.26. – Contas de Ordem”.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

64

Ano: 2017

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Até à data: 31/12/2017

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	159 444,43	33 895,74	3 442,83	189 897,34
292	Provisões para Riscos e Encargos	88 967,69	0,00	0,00	88 967,69
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro n.º 20 – “Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas”

8.2.28 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço.

- Os movimentos na conta 576 – “Doações” dizem respeito a doações feitas ao município durante o ano de 2017, relativas a ajudas no âmbito dos fogos florestais.

- Os movimentos na conta 59 – “Resultados transitados” dizem respeito à transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2016 e também relativos à alteração da política contabilista mencionada na nota 8.2.2 associado ao reconhecimento da variação patrimonial positiva do IMI de 2016.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Câmara Municipal da Lousã		Ano: 2017	
(Designação de subentidade local)		(unidade: EUR)	
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	
Existências Iniciais	0,00	144 341,90	
Compras	0,00	311 323,90	
Regularizações de Existências	0,00	494,70	
Existências Finais	0,00	152 915,73	
Custos no Exercício		303 244,77	

Quadro n.º 21 – “Demonstração do CMVMC”.

8.2.30 Demonstração da variação da produção, como segue:

Ano: 2017		Demonstração da Variação da Produção				Unidade: Euros	
						Até à data: 31/12/2017	
Movimentos	Produtos acabados e Intermedios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso				
Existências Finais	33	0,00	34	0,00	35	0,00	
Regularizações de Existências	383	0,00	384	0,00			
Existências Iniciais	33	0,00	34	0,00	35	0,00	
Aumento/Redução no Exercício		0,00		0,00		0,00	

Quadro n.º 22 – “Demonstração da Variação da Produção”.

8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros:

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2017

Até à data: 31/12/2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
661	Juros suportados	33 438,56	52 327,80	781	Juros obtidos	730,63	2 560,83
662	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
663	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	502 349,37	499 044,04
664	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	13 509,95	30 449,61
665	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
667	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
668	Outros custos e perdas financeiros	1 307,10	1 062,26	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	482 669,77	478 664,42	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	825,48	0,00
		517 415,43	532 054,48			517 415,43	532 054,48

Quadro n.º 23 – “Demonstração dos Resultados Financeiros”.

8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários:

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2017

Até à data: 31/12/2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	196 146,43	122 000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	4 309,12	11 172,78	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	11 639,03	57 321,25	793	Ganhos em existências	12 133,73	30 727,07
694	Perdas em imobilizações	3 219,27	56 868,86	794	Ganhos em imobilizações	1 281,30	0,00
695	Multas e Penalidades	392,64	2 783,32	795	Benefícios de penalidades contratuais	28 015,13	36 017,62
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	12 595,02	796	Reduções de amortizações e de provisões	3 442,83	8 590,35
697	Correções relativas a exercícios anteriores	108 615,24	200 617,58	797	Correções relativas a exercícios anteriores	233 750,26	242 033,92
698	Outros custos e perdas extraordinárias	65,00	125,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	615 976,20	571 668,91
	Resultados extraordinários	570 212,72	425 554,06				
		894 599,45	889 037,87			894 599,45	889 037,87

Quadro n.º 24 – “Demonstração dos Resultados Extraordinários”.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

O Resultado Líquido do Exercício de 2017 foi negativo, no valor de – **1.096.439,68€**, pelo que o valor do RLE deverá ser integralmente transferido para a conta 59- Resultados Transitados.

6. CONTABILIDADE DE CUSTOS

No exercício de 2017, dando cumprimento ao disposto no POCAL, continuou-se a utilizar o sistema de contabilidade de custos, que permitiu o apuramento dos custos do Município por Funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços.

Todos os custos (ótica económica) do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Os custos começaram por ser imputados às Funções, sendo classificados em diretos, indiretos e não incorporáveis. Os custos indiretos foram repartidos por todas as funções em função do coeficiente (1) definido no POCAL, os não incorporáveis não foram considerados para efeitos de imputação e finalmente os diretos foram imputados às respetivas funções.

A cada uma das funções corresponde um ou mais Bens e Serviços aos quais foram imputados os custos diretos das funções. Estes custos foram imputados de forma direta a cada um dos Bens e Serviços ou de forma indireta aos Bens e Serviços da sua Função, neste caso foram repartidos de acordo com o coeficiente (2) definido no POCAL.

Coeficiente (1) = Somatório Custos Diretos da Função/ Somatório Custos Diretos de todas as Funções

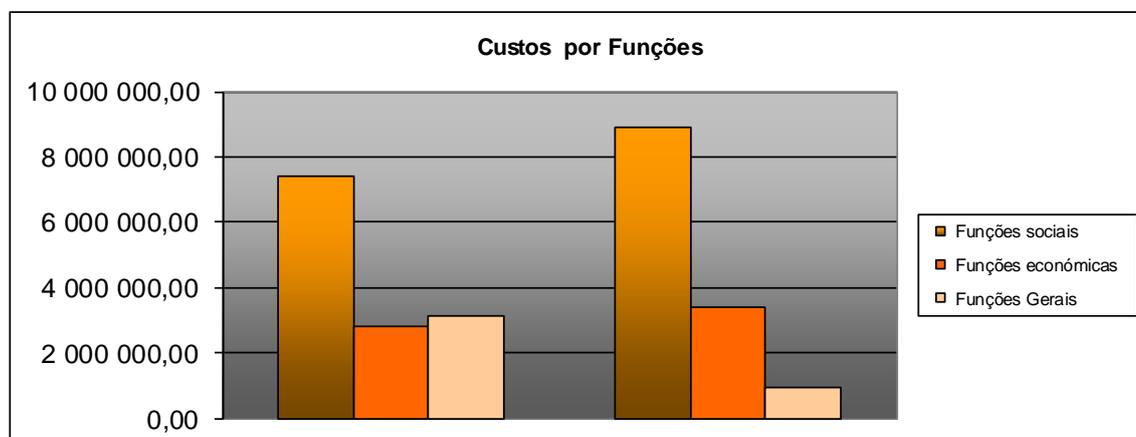
Coeficiente (2) = Somatório Custos diretos do Bem ou Serviço/ Somatório Custos diretos da Função

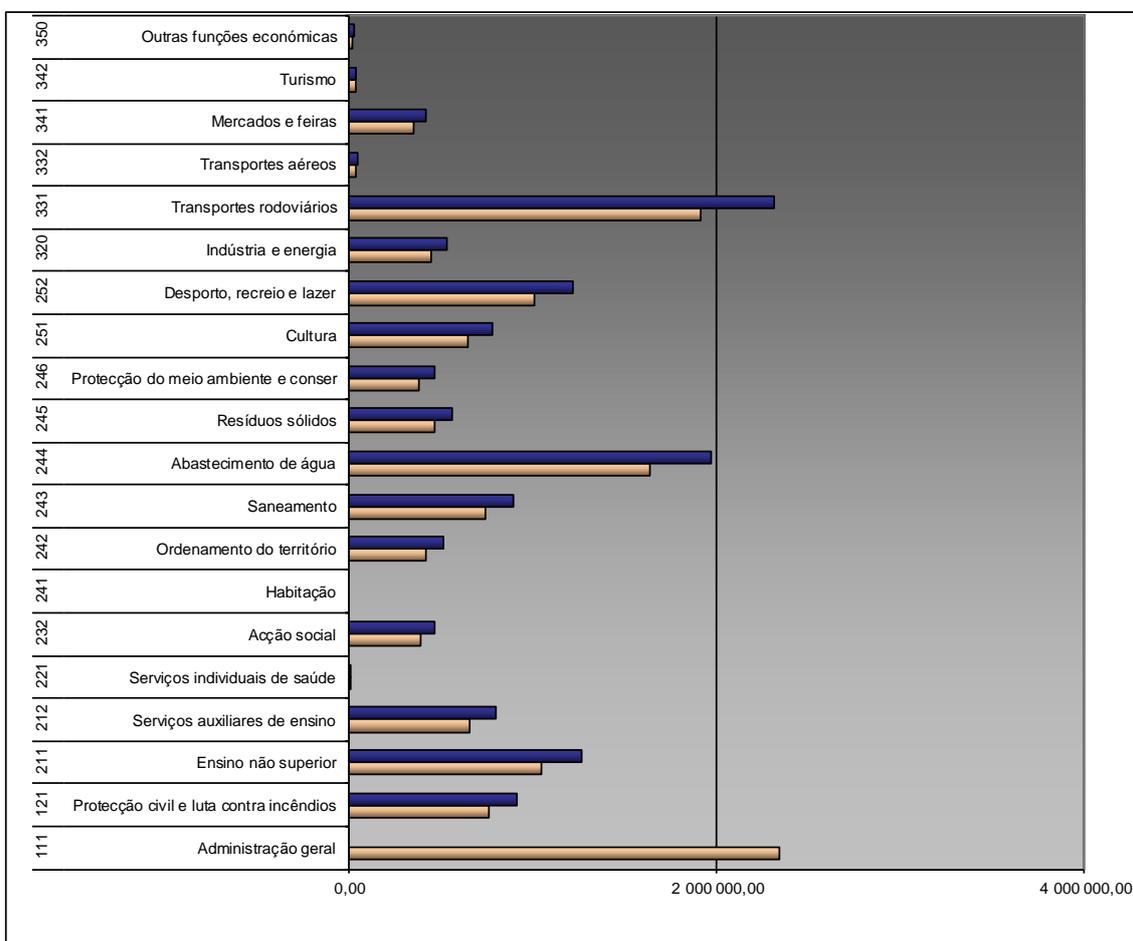
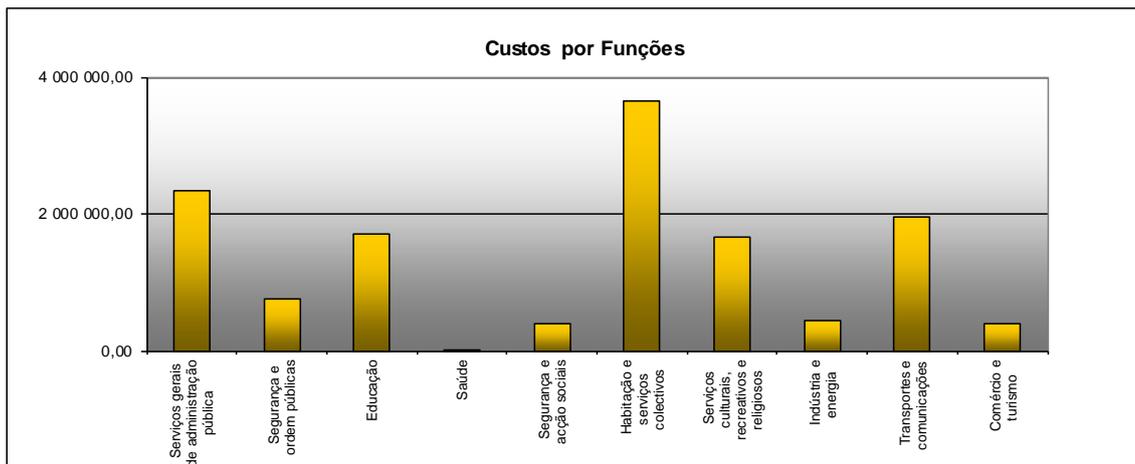
O presente capítulo apresenta e analisa a distribuição dos custos do Município por Funções.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

	Funções	Custos por Função	%	Custos por função com distribuição da Func.111	%
1	Funções Gerais	3 103 468,89	22,78	916 399,95	6,73
110	Serviços gerais de administração pública				
111	Administração geral	2 344 879,32	17,21	0,00	0,00
120	Segurança e ordem públicas				
121	Protecção civil e luta contra incêndios	758 589,57	5,57	916 399,95	6,73
122	Polícia municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Funções sociais	7 385 537,27	54,21	8 921 434,22	65,48
210	Educação				
211	Ensino não superior	1 044 027,01	7,66	1 261 162,84	9,26
212	Serviços auxiliares de ensino	657 278,57	4,82	793 985,03	5,83
220	Saúde				
221	Serviços individuais de saúde	4 314,96	0,03	5 252,91	0,04
230	Segurança e acção sociais				
231	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00
232	Acção social	386 731,85	2,84	467 162,21	3,43
240	Habituação e serviços colectivos				
241	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00
242	Ordenamento do território	420 730,38	3,09	508 194,38	3,73
243	Saneamento	740 269,97	5,43	894 094,05	6,56
244	Abastecimento de água	1 632 742,25	11,98	1 972 280,78	14,48
245	Resíduos sólidos	463 687,79	3,40	560 062,33	4,11
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	382 958,01	2,81	462 683,91	3,40
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
251	Cultura	648 014,21	4,76	782 844,77	5,75
252	Desporto, recreio e lazer	964 500,04	7,08	1 164 987,22	8,55
253	Outras actividades cívicas e religiosas	40 282,23	0,30	48 723,80	0,36
3	Funções económicas	2 796 421,72	20,53	3 377 950,79	24,79
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	7 830,97	0,06	9 472,39	0,07
320	Indústria e energia	435 555,90	3,20	526 068,24	3,86
330	Transportes e comunicações				
331	Transportes rodoviários	1 914 859,67	14,05	2 313 020,18	16,98
332	Transportes aéreos	35 846,63	0,26	43 349,24	0,32
333	Transportes fluviais	2 255,72	0,02	2 724,70	0,02
340	Comércio e turismo				
341	Mercados e feiras	346 857,55	2,55	419 079,83	3,08
342	Turismo	32 699,52	0,24	39 499,67	0,29
350	Outras funções económicas	20 515,76	0,15	24 736,54	0,18
4	Outras funções	338 790,31	2,49	408 433,23	3,00
410	Operações da dívida autárquica	21 663,09	0,16	26 118,36	0,19
420	Transferências entre administrações	239 341,23	1,76	289 052,67	2,12
430	Diversas não especificadas	77 785,99	0,57	93 262,20	0,68
	TOTAL	13 624 218,19	100,00	13 624 218,19	100,00

ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES





O quadro e gráficos anteriores apresentam a distribuição dos custos do Município por Funções. A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos Municipais. Apresenta-se também, uma distribuição dos custos por Funções repartindo a Função 111, que se considera uma Função de apoio às Funções operativas, pelas outras Funções em função do peso absoluto que cada uma delas tem no valor global de custos.

Da análise dos quadros, conclui-se que as Funções Sociais representam 65,48% dos custos quando repartida a Função 111 – Administração Geral, com destaque para a Habitação e Serviços Coletivos com 32,28% dos custos e a Educação com 15,08 % dos custos. As Funções Económicas representam 24,79% dos custos. De salientar também que os custos de suporte (Função 111 – Administração Geral) representam cerca de 17% dos custos, perto de 1/5, valor que não é muito elevado, reservando cerca 80% dos custos para as funções operativas do Município.

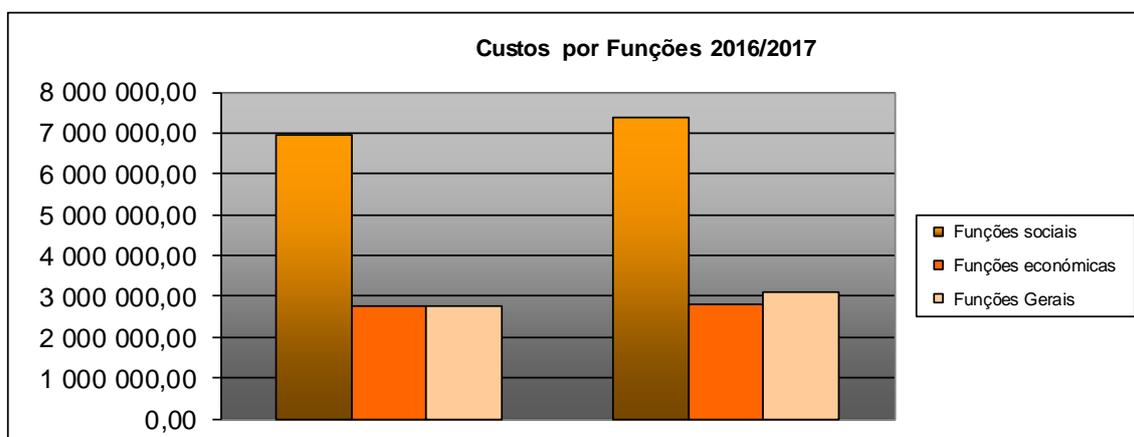
DR(Total de Custos) (1)	14 051 095,09	
CC(custos imputados) (2)	13 624 218,19	
Custos não incorporados (1-2)	426 876,90	96,96

Os custos Municipais foram todos tratados, mas dos custos apresentados na Demonstração de Resultados o valor de 426.876€ foi considerado não incorporável por se tratar de valores relacionados com operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas Funções apresentadas.

Do valor total de € 14.051.095 de custos incorridos no ano 2017 pelo Município € 13.624.218 (96,96 %) foram custos imputados de forma direta ou indireta às respetivas Funções.

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES ENTRE 2016 E 2017

	Funções	Custos por Função 2016	%	Custos por função 2017	%	Var. 2016/2017	Var. 2016/2017 %
1	Funções Gerais	2 768 607,15	21,64	3 103 468,89	22,78	334 861,74	12,09
110	Serviços gerais de administração pública						
111	Administração geral	2 151 698,04	16,82	2 344 879,32	17,21	193 181,28	8,98
120	Segurança e ordem públicas						
121	Protecção civil e luta contra incêndios	616 909,11	4,82	758 589,57	5,57	141 680,46	22,97
122	Polícia municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2	Funções sociais	6 956 357,33	54,38	7 385 537,27	54,21	429 179,94	6,17
210	Educação						
211	Ensino não superior	1 184 794,45	9,26	1 044 027,01	7,66	-140 767,44	-11,88
212	Serviços auxiliares de ensino	648 352,35	5,07	657 278,57	4,82	8 926,22	1,38
220	Saúde						
221	Serviços individuais de saúde	9 215,50	0,07	4 314,96	0,03	-4 900,54	-53,18
230	Segurança e acção sociais						
231	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
232	Acção social	294 849,90	2,30	386 731,85	2,84	91 881,95	31,16
240	Habituação e serviços colectivos						
241	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
242	Ordenamento do território	441 897,33	3,45	420 730,38	3,09	-21 166,95	-4,79
243	Saneamento	823 443,14	6,44	740 269,97	5,43	-83 173,17	-10,10
244	Abastecimento de água	1 380 901,81	10,79	1 632 742,25	11,98	251 840,44	18,24
245	Resíduos sólidos	465 903,14	3,64	463 687,79	3,40	-2 215,35	-0,48
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	308 447,74	2,41	382 958,01	2,81	74 510,27	24,16
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos						
251	Cultura	487 883,78	3,81	648 014,21	4,76	160 130,43	32,82
252	Desporto, recreio e lazer	907 372,73	7,09	964 500,04	7,08	57 127,31	6,30
253	Outras actividades cívicas e religiosas	3 295,46	0,03	40 282,23	0,30	36 986,77	1 122,36
3	Funções económicas	2 748 457,22	21,49	2 796 421,72	20,53	47 964,50	1,75
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	11 022,82	0,09	7 830,97	0,06	-3 191,85	-28,96
320	Indústria e energia	467 436,84	3,65	435 555,90	3,20	-31 880,94	-6,82
330	Transportes e comunicações						
331	Transportes rodoviários	1 859 425,94	14,54	1 914 859,67	14,05	55 433,73	2,98
332	Transportes aéreos	21 022,20	0,16	35 846,63	0,26	14 824,43	70,52
333	Transportes fluviais	4 075,86	0,03	2 255,72	0,02	-1 820,14	-44,66
340	Comércio e turismo						
341	Mercados e feiras	309 099,70	2,42	346 857,55	2,55	37 757,85	12,22
342	Turismo	49 887,39	0,39	32 699,52	0,24	-17 187,87	-34,45
350	Outras funções económicas	26 486,47	0,21	20 515,76	0,15	-5 970,71	-22,54
4	Outras funções	318 849,65	2,49	338 790,31	2,49	19 940,66	6,25
410	Operações da dívida autárquica	27 827,96	0,22	21 663,09	0,16	-6 164,87	-22,15
420	Transferências entre administrações	226 751,65	1,77	239 341,23	1,76	12 589,58	5,55
430	Diversas não especificadas	64 270,04	0,50	77 785,99	0,57	13 515,95	21,03
	TOTAL	12 792 271,35	100,00	13 624 218,19	100,00	831 946,84	6,50



Da análise do quadro anterior verifica-se um aumento dos custos distribuídos entre 2016 e 2017 de 6,50% (831.946€). Dá-se destaque ao aumento dos custos com Abastecimento de Água (18,24%), com Cultura (32,82%), com Proteção Civil (22,97%) e com Administração Geral (8,98%) entre 2016 e 2017, estes quatro aumentos significaram 746.832€.

Os custos com a Administração Geral (custos de suporte) aumentaram entre 2015 e 2016 cerca de 8,98%.

Com este terceiro ano de análise Anual da Contabilidade de Custos cumpre-se uma obrigatoriedade legal, mas acima de tudo deixa-se o Município dotado de uma ferramenta de gestão capaz de proporcionar informação preciosa para a tomada de decisões.

A Contabilidade de Custos proporciona informação numa ótica económica, aglutinando os custos por Funções e por Bens e Serviços, mas é ao utilizador que cabe a maior responsabilidade na definição da estrutura conceptual deste tipo de contabilidade, por isso importa referir que dado este primeiro passo da implementação, só será possível aperfeiçoar esta ferramenta se todos os serviços forem chamados a participar no sentido de definir a informação relevante que importa obter.

Ao decisor Autárquico cabe a tarefa primordial de utilizar a informação produzida com o objetivo de tomar a melhor decisão maximizando a sua economia, eficiência e eficácia.

O Sistema da Contabilidade de Custos está implementado, necessita agora de ser questionado, ser posto em causa, para assim poder evoluir e disponibilizar informação que realmente interesse a quem dela precisa para assim poder tomar as melhores decisões.